

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

ELIZABETE SANTOS DA SILVA

**A CRÍTICA DA VIDA COTIDIANA NO ACRE CONTEMPORÂNEO: UMA
ANÁLISE DAS CRÔNICAS E ARTIGOS DOS JORNAIS DO ACRE**

**Porto Alegre
2019**

ELIZABETE SANTOS DA SILVA

**A CRÍTICA DA VIDA COTIDIANA NO ACRE CONTEMPORÂNEO: UMA
ANÁLISE DAS CRÔNICAS E ARTIGOS DOS JORNAIS DO ACRE**

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentada
ao Programa de Pós-graduação em Administração
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Administração.

Área de concentração: Estudos Organizacionais
Orientadora: Profa. Dra. Maria Ceci Misoczky

**Porto Alegre
2019**

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Elizabete Santos
A crítica da vida cotidiana no Acre contemporâneo:
uma análise das crônicas e artigos dos jornais do Acre
/ Elizabete Santos Silva. -- 2019.
80 f.
Orientadora: Maria Ceci Misoczky.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa
de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre,
BR-RS, 2019.

1. Dependência. 2. Mídia Dependente. 3. Vida
Cotidiana. 4. Acre Contemporâneo. I. Misoczky, Maria
Ceci, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo, Oziel, pelo quanto que me incentivou e apoiou para que eu pudesse seguir e não desistisse do mestrado. Sua calma, amizade e amor, assim como o cuidado com nossa filha, Valentina, forneceram-me a força necessária nesta etapa da minha vida.

À minha mãe, Alzira, e a toda minha família, por toda a ajuda, tornando a jornada mais leve para que eu pudesse me concentrar na escrita da Dissertação.

À minha orientadora, Professora Dra. Maria Ceci Misoczky, pelo apoio à construção deste trabalho e, sobretudo por me instigar a sair da zona de conforto e buscar superar minhas dificuldades.

À Professora Dra. Olinda Batista Assmar, pela amizade e apoio nessa minha trajetória do mestrado.

À Universidade Federal do Acre, pelo oferecimento do Minter em Administração e, em especial, à Professora Dra. Guida Aquino e ao Professor Dr. Josimar Ferreira, por todo o apoio a nós mestrados. E, ainda, à Profa. Dra. Guida Aquino, pela amizade e incentivo para que eu realizasse esse mestrado.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela disponibilidade em realizar o convênio com a Ufac para o oferecimento deste Minter.

Aos Professores Takeyoshi Imasato, Paulo Abdala e Leonardo Granatto, pelas valiosas contribuições para a construção desta Dissertação.

Aos colegas de curso Kárytha Melo, Gisélia Agostinho, Daniele Oliveira, Jhennifer Lauanne, Márcia Vojdani, Anajara Rodrigues, Valquíria Rebouças e Raquel Albuquerque, pela amizade e vivências. Agradeço, ainda, à Kárytha, pelo apoio nos momentos difíceis.

A todos meus amigos, pelos gestos e palavras de apoio e carinho.

RESUMO

Do início de sua colonização à contemporaneidade, o espaço acreano tem se construído sob uma dinâmica organizacional com domínio de interesses externos, intermediados, em nível local, por grupos hegemônicos que utilizam a mídia para difundir suas ideias e valores no cotidiano. No Acre contemporâneo, no período em que o “governo da floresta” esteve no poder, a mercantilização da natureza e a presença de capital internacional são justificadas pelos governantes por um pretenso desenvolvimento, revelando a tendência dessa região em realizar suas atividades econômicas sob a base de bens primários e interesses de países estrangeiros. Ao identificar as ideias e valores representados em crônicas e artigos dos jornais do Acre no início de sua formação histórico-social e do presente e realizar um diálogo entre estes dois grupos de textos, constata-se a continuidade de práticas e relações sociais de base dependente. Desse modo, verifica-se que, apesar da carga simbólica lançada no cotidiano, permanecemos reiterando o caráter dependente de nosso passado colonial, que hoje se apresenta sob novas facetas na vida cotidiana contemporânea, manifestadas a partir de práticas da administração governamental, conjugada à atuação da mídia que colabora na reprodução da dependência. Assim, novas possibilidades no espaço acreano devem passar pela superação das bases de sua formação social. Para compreender a configuração da vida cotidiana no Acre contemporâneo na formação social dependente, esta dissertação apresenta um arcabouço teórico construído com base em Marini (2011), Mattelart, Piccini e Mattelart (1976), Mattelart (1978) e Lefebvre (2014).

Palavras chave: Dependência. Mídia Dependente. Vida Cotidiana. Acre Contemporâneo.

ABSTRACT

From the beginning of its colonization to contemporaneity, the Acrean space has been constructed under an organizational dynamic dominated by external interests, intermediated at the local level by hegemonic groups that use the media to spread their ideas and values in everyday life. In contemporary Acre, in the period when the "forest government" was in power, the commodification of nature and the presence of international capital are justified by the rulers for a supposed development, revealing the tendency of this region to carry out its economic activities under the base of primary goods and interests of the foreigners countries. By identifying the ideas and values represented in chronicles and articles from newspapers in the state of Acre at the beginning of its historical-social formation and the present and conducting a dialogue between these two groups of texts, it is observed the continuity of practices and social relations of a dependent base. Thereby, despite the symbolic charge placed on daily life, the dependent character of our colonial past is reiterated, which today is presented under new facets in contemporary daily life, manifested from governmental administration practices, combined with the media activity that collaborates in the reproduction of dependence in the daily life of contemporary Acre. Thus, new possibilities in the Acrean space may pass through the overcoming of the bases of its social formation. In order to understand the configuration of everyday life in contemporary Acre in the dependent social formation, this dissertation presents a theoretical framework constructed from Marini (2011), Mattelart, Piccini and Mattelart (1970), Mattelart (1978) and Lefebvre (2014).

Keywords: Dependence. Dependent Media. Daily Life. Contemporary Acre.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Empresas de publicidade contratadas pelo governo do estado do Acre (2017).....	21
Quadro 2 - Crônicas do período de formação histórico-social do Acre.....	38
Quadro 3 - Crônicas e artigos do Acre contemporâneo	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ACRE CONTEMPORÂNEO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	25
2.1 SÍNTESE	36
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
4 AS CRÔNICAS DOS JORNAIS DO ACRE TERRITÓRIO E OS TRAÇOS QUE MARCAM O ESPAÇO ACREANO NO INÍCIO DE SUA FORMAÇÃO HISTÓRICO- SOCIAL	41
5 OS ARTIGOS E CRÔNICAS DO ACRE CONTEMPORÂNEO: UM DIÁLOGO ENTRE OS TEXTOS DO PRESENTE E AS CRÔNICAS DO PASSADO.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	77

INTRODUÇÃO

Decorridos quase 150 anos desde o início da colonização do Acre, com outros atores sociais e políticos, assim como condições territoriais e focos econômicos distintos, a vida cotidiana contemporânea reitera traços da base de sua formação social, fincada no extrativismo e na dependência, o que demonstra que muito de seu passado colonial não foi superado. No Acre contemporâneo, no período de 20 anos do governo da Frente Popular, era notória a construção da representação de um estado que se desenvolvia supostamente com equilíbrio ambiental aliado ao crescimento econômico e progresso social, além da pretensa supervalorização dos povos tradicionais, tendo destaque o papel da mídia corporativa na construção simbólica desse cotidiano. Porém, apesar dessa carga simbólica, a mercantilização da natureza e a presença do capital internacional para esse financiamento, justificado pelos governantes por um pretense desenvolvimento, revela a tendência dessa região em realizar suas atividades econômicas sob a base de bens primários e o interesse do capitalismo imperialista que acaba por ditar as regras e estabelecer domínio sobre esse espaço e seus povos, intermediado por uma rede de poder de elites locais que regem a economia e a política nessa organização social, reproduzindo muito do cenário colonial.

O contato acadêmico com os Estudos Críticos em Administração, voltados aos Estudos Organizacionais e à vertente “Pensamento Social Brasileiro”, despertou-me o interesse em investigar a dinâmica e práticas da organização social acreana a partir de crônicas e artigos dos jornais do Acre. Aliado a esse interesse, resgatei os estudos realizados no âmbito do Projeto de Pesquisa *Amazônia: os vários olhares* nos anos de 2008 e 2009. A minha participação como Bolsista de Iniciação Científica nesse Projeto, oriundo da Universidade Federal do Acre, sob a coordenação da Profa. Dra. Olinda Batista Assmar, oportunizou-me conhecer os estudos da linha de pesquisa “Cultura e Sociedade”, com a investigação da literatura e das manifestações culturais produzidas nos jornais antigos do Acre. Os estudos englobavam a literatura local, memória cultural e aspectos da identidade do povo acreano. Um trabalho de resgate e desvelamento do perfil do amazônida acreano, sua arte e seus hábitos. No âmbito do Projeto e sob a orientação da referida professora, participei dos seguintes subprojetos: *As crônicas de Sena Madureira, Tarauacá, Xapuri e o cotidiano (1921-1962)*, em 2008, e *Raízes da Cultura Acreana: estudo de poemas de Xapuri (1907-1914)*, em 2009.

Destarte, ampliando minha visão sobre a dinâmica da organização da sociedade conheci a vertente de estudos “Pensamento Social Brasileiro”, perspectiva que traz para a pesquisa em Administração Pública a possibilidade de investigar os fenômenos administrativos, levando em consideração a formação social de cada lugar, sob o foco de sua historicidade e singularidade, abordagem em que se insere esse estudo.

Desse modo, além da importância literária dos escritos dos jornais antigos, como registro de uma época, eles constituem em uma fonte documental para o conhecimento e compreensão da formação social do Acre e suas particularidades, o que pode ajudar a explicar o universo simbólico e histórico da organização social acreana. Então, a fim de compreender a atual configuração da vida cotidiana no Acre contemporâneo, utilizei as crônicas dos jornais antigos e atuais e, também, artigos dos jornais contemporâneos, porém sob o enfoque sociológico e partindo de uma perspectiva crítica do presente.

A proposta de investigar o espaço dinâmico organizacional do Acre por meio da expressão literária e jornalística constitui-se como mais uma contribuição não só para a compreensão da formação social da Amazônia, mas também para o campo de Estudos Organizacionais. Essa prática da pesquisa acadêmica interdisciplinar configura-se como uma possibilidade de preencher lacunas para o entendimento mais amplo das organizações e sua formação, contemplando a história, a economia e relações sociais que envolvem esse processo.

Com esse estudo, espera-se também contribuir para o conjunto de investigações já realizadas na vertente do Pensamento Social Brasileiro, no que se refere aos estudos dinâmico-organizacionais do espaço amazônico, pouco investigado e conhecido. Assim, busca-se uma resposta para a seguinte problemática: “Quais os valores e ideias difundidos em artigos de opinião e crônicas dos jornais acreanos do início de sua formação histórico-social e do presente?”. Para responder a esse questionamento, propõe-se nesse trabalho um diálogo entre as crônicas do Acre do passado e do presente, a fim de entender o papel dos valores e ideias na construção do cotidiano no contexto do extrativismo e da dependência, de modo a compreender a configuração da vida cotidiana contemporânea nessa formação social.

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo, contextualiza-se o Acre contemporâneo, com registro histórico e informações que evidenciam as contradições que marcam essa sociedade em suas especificidades. No segundo, apresenta-se o referencial teórico para iluminar o conhecimento e a análise da realidade social do Acre contemporâneo, contextualizado na seção anterior. No terceiro, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados nesse trabalho. No

quarto, disserta-se sobre as crônicas de Xapuri e Tarauacá identificando traços históricos desse momento. No quinto e último, são apresentados os artigos e crônicas contemporâneos, estabelecendo um diálogo desses textos com as crônicas do início da formação histórico-social do Acre e articulando a análise aos capítulos anteriores com base nos fundamentos teóricos e nos traços identificados nas crônicas do passado. Por fim, nas considerações finais, são apresentadas as principais constatações alcançadas no decorrer da realização deste trabalho.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ACRE CONTEMPORÂNEO

O Acre está localizado no sudoeste da região Norte e é um dos nove estados que compõem a Amazônia Legal. Foi elevado de Território Federal à categoria de estado por meio da Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962. Sua extensão territorial é de 16.412.371,20 hectares. No último censo, realizado em 2016, sua população alcançou 816.887 habitantes. Possui 22 municípios organizados em duas mesorregiões, a saber, Vale do Acre e Vale do Juruá, distribuídas em 5 regionais: Regional Purus, Regional Baixo Acre, Alto Acre, Juruá e Tarauacá Envira, sendo esta última a maior delas. Suas principais atividades econômicas são a agricultura, o extrativismo vegetal, a pecuária e aquicultura e o setor de serviços. Dentre seus produtos mais exportados estão a castanha e a madeira (ACRE, 2017).

O espaço acreano, assim como toda a Amazônia, tem sua formação fincada no extrativismo e na dependência, dinamizados pelo interesse de países estrangeiros. A colonização do lugar está diretamente relacionada à economia extrativista da borracha na Amazônia e os interesses do capitalismo internacional na região: “[...] a genealogia do Acre está firmada no ingresso de capitais estrangeiros na Amazônia ocidental brasileira e na consequente inclusão dessa imensa área florestal na cadeia econômica dos países capitalistas desenvolvidos” (CARNEIRO, 2015, p. 29). A ocupação do lugar a partir da segunda metade do século XIX foi motivada pela crescente “demanda internacional” da borracha na indústria de países norte-americanos e europeus para fabricação de diversos produtos, sobretudo os pneus para veículos (SOUZA, 2008, p. 136).

Anteriormente à extração do látex, as terras hoje acreanas eram ocupadas por nativos. No entanto, com o surgimento da economia gumífera, esses povos foram perdendo espaço para o homem branco que passou a migrar para o Acre em busca do “ouro negro”, riqueza buscada pelos migrantes e, assim, muitos indígenas foram retirados de suas terras e até assassinados. No “surto” da borracha (1877-1913), como ficou conhecido o primeiro ciclo econômico dessa matéria-prima na região, deslocaram-se para a região muitos migrantes estrangeiros “portugueses, sírio-libaneses, peruanos, franceses, espanhóis, ingleses, italianos, argentinos e marroquinos” (ASSMAR, 2000, p. 18) e, principalmente, migrantes brasileiros, em sua maior parte, nordestinos, atraídos pelo sonho de riqueza com a extração da borracha, fugindo da seca e da miséria no sertão, sobretudo a partir de 1878 (RANCY, 2008).

Nesse período, o sistema de “aviamento” foi o aparelho estruturante e motor da dinâmica que imperou na sociedade acreana, caracterizado como uma “complexa teia de

relações mercantis baseadas no crédito, cujo fim era a extração e exportação da borracha” (CARNEIRO, 2015, p. 45). Nesse sistema os países centrais encontravam-se no topo da estrutura, sendo eles que direcionavam as regras da organização que desembocava no seringal, ou melhor, no trabalho do seringueiro. Este, por sua vez, sofria com a exploração de seu trabalho, em uma situação que predominava mecanismos de aprisionamento ao local com a acumulação de dívidas e a dependência ao patrão, o coronel, autoridade no seringal. Euclides da Cunha identificou tal situação dos seringueiros-nordestinos e apontou “[...] O seringueiro migrante realiza ali uma anomalia sobre a qual nunca é demasiado insistir: É o homem que trabalha para escravizar-se” (CUNHA, 2006, p.28). O aviamento conectava, então, a região ao capitalismo internacional e a exploração da mão de obra do trabalhador extrativista estava a serviço da reprodução do capital mundial (CARNEIRO, 2015, p. 44-45).

Era a partir dessa dinâmica que se organizava a sociedade naquela época, na qual a economia da borracha crescia e atingia o seu objetivo – a exportação dessa matéria-prima para os países desenvolvidos. Naquele período, a borracha, inclusive, teve lugar de destaque no quadro geral de exportações no Brasil:

A expansão da economia da borracha entre 1880 e 1920 foi imensa e sua participação na economia brasileira crescente. Entre os anos de 1889 e 1897 a borracha responde, em média por 11,8% da exportação total brasileira; entre 1898 e 1910, por 25,7%; entre 1911 e 1913, por 20%; entre 1914 e 1918, por 12% (MARTINELLO, 2004, p. 55).

Contudo, esse mesmo direcionamento da economia extrativista – voltada para exportação – foi a causa de sua primeira decadência, já que totalmente dependente do mercado externo, ela sucumbe perante a concorrência da borracha da Malásia, onde passa a ser produzida de forma racional e em grande escala. Assim, a partir de 1913, o Acre se vê em uma difícil situação com a primeira crise da borracha. Sobre tal conjuntura, Martinello (2004, p. 139-140) destaca: “a Amazônia do início do século XX, representava um exemplo lastimável do caráter predatório do capitalismo periférico, cujos aspectos deletérios eram agravados pela inépcia e apatia governamental”.

Esse contexto, principalmente a situação de exploração do trabalho dos seringueiros e a apropriação de recursos naturais da Amazônia, no caso a borracha, principal matéria-prima na época, enfim, todo esse cenário que advém com a produção do látex no Acre reflete uma conjectura maior da formação social brasileira e latino-americana evidenciada por Caio Prado Júnior, em sua análise da Formação do Brasil Contemporâneo, e Rui Mauro Marini, em sua Teoria da Dependência.

Prado Júnior (2011) argumenta que mesmo com a independência política o Brasil reitera sua posição de fornecedor de bens primários demandados pelo capitalismo global, demonstrando que o “sentido da colonização” ainda se encontra presente na formação social do país que historicamente sempre esteve pronto a atender a necessidade de matérias-primas para os países centrais. Vê-se pensamento semelhante em Marini (2011), que ao analisar a conjuntura econômica da América Latina expõe que a forma como as economias periféricas se integraram ao mercado mundial na época da colonização definiu as bases de sua formação social marcada pela dependência e superexploração do trabalho.

Marini (2011, p. 13) relaciona a superexploração do trabalho principalmente ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, mas credita também essa situação aos tipos de atividades que são realizadas nos países latino-americanos, que não demandam necessariamente investimento de capital, como é o caso da indústria extrativa e a agricultura, em que o crescimento da produção pode se dá apenas pelo aumento da ação do homem sobre a natureza, ao contrário da indústria nos países centrais em que o aumento da produção requer o investimento na aquisição de matérias-primas. No que diz respeito ao extrativismo na Amazônia, Prado Júnior (2011) assinala que essa região, baseada nessa atividade, sofreu mais ainda os efeitos da colonização:

A Amazônia ficará na pura colheita; e por isso vegetará, assistindo impotente ao arrebato de suas maiores riquezas naturais por concorrentes mais bem aparelhados. Deu-se isto com o cacau, [...]. Dar-se-á o mesmo, um século depois, em proporções muito maiores e dramáticas, com a borracha. A colonização do vale amazônico ainda hoje é uma incógnita (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 227).

O pensamento dos autores ajuda, então, a compreender a configuração que se estabeleceu na formação social do Acre/Amazônia, em que o Brasil dispõe dessa região como fornecedora da matéria-prima do látex, sendo esta economia subjugada aos interesses dos países estrangeiros, como acontece quando do auge e declínio do primeiro ciclo da borracha e, posteriormente, no segundo ciclo, em que se observa que a dinâmica econômica é novamente dirigida pelo mercado exterior. Isso mostra que o País não consegue estabelecer o seu próprio desenvolvimento de acordo com a realidade social do seu povo e utiliza a sua população como mão de obra barata, sujeita à miséria, a todo tipo de sorte, a fim de atender aos estrangeiros, dispondo ainda de seus recursos naturais, sem se preocupar com técnicas de reposição e contribuindo para a investida do capital sobre a natureza.

Na década de 1940, quando se pensava que não haveria mais futuro para a exploração da borracha no Acre, novamente impulsionada pelos interesses externos, a região foi inserida

na lógica capitalista mundial como produtora e exportadora da matéria-prima, agora para atender à demanda da indústria bélica dos Estados Unidos e aliados durante a Segunda Guerra Mundial (MARTINELLO, 2004). Nessa empreitada, mais uma vez, os nordestinos são recrutados como mão de obra barata. Como parte dos esforços de guerra do Brasil para com os americanos e aliados, seriam encaminhados recrutas para a guerra e também se produziria a borracha na Amazônia. Desse modo, para “recrutar” soldados, ou melhor, os nordestinos para os seringais amazônicos e colocar em prática o “esforço nacional” de produzir essa matéria-prima, criou-se toda uma construção simbólica em torno do episódio migratório comparando-o a uma guerra. O próprio acontecimento era mencionado como “batalha da borracha”; o contingente de migrantes nordestinos era referido como o “exército da borracha” e “soldados da borracha”. Desse modo, com toda a propaganda e diante da ameaça de irem lutar no campo de guerra, muitos nordestinos preferiram enfrentar a “batalha da borracha” na Amazônia, porém mal sabiam eles o que lhes aguardava, pois a batalha entre o homem e a natureza poderia ser pior do que a própria guerra.

Neste segundo ciclo (1942-1951), que ficou conhecido, então, como “Batalha da Borracha”, destaca-se a “montagem de um dispositivo organizacional e logístico de grande envergadura para a época” (MARTINELLO, 2004, p. 22). Tal estrutura foi criada a partir dos “Acordos de Washington”, que foram acordos de cooperação estabelecidos entre o Brasil e os Estados Unidos para garantir a produção e exportação da borracha.

A partir disso, houve a criação de diversos órgãos: o Banco de Crédito da Amazônia; a SAVA (Superintendência do Abastecimento para o Vale Amazônico) e RDC (Rubber Development Corporation), que foram as “agências aviadoras da batalha da borracha”, encarregados de “prover e regular o suprimento de víveres para a região”; e o SNAPP (Serviço de Navegação e Administração dos Portos do Pará), encarregado do transporte; além de outros órgãos designados, especificamente, para a mobilização da mão de obra nordestina para a Amazônia, como o DNI (Departamento Nacional de Imigração), o SEMTA (Serviço de Encaminhamentos de Trabalhadores para a Amazônia) e o CAETA (Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia) (MARTINELLO, 2004, p. 22-23).

Nesse sistema organizativo, chama a atenção o papel do Brasil que, na prática, configurava-se como coadjuvante no processo, concedendo plenos poderes aos americanos, a exemplo do que ocorre com a atuação da C.C. A.W (Comissão de Controle dos Acordos de Washington) e da RDC (Rubber Development Corporation):

[...] tratava-se, na realidade, de um órgão (C.C. A.W) de alto nível com plenos poderes do governo brasileiro para superintender e implementar os Acordos de Washington. De fato, foi através desta unidade que, durante a vigência dos Acordos de Washington (1942-1947), o governo brasileiro conduziu sua política de produção de borracha. Por insistência do Brasil, esta política ficou de inteira responsabilidade de seu governo, contando com a colaboração da Rubber Development Corporation, tão somente para implementá-lo, financeira e assistencialmente.

Na prática, porém, como foi visto, o que se deu foi precisamente o contrário: a RDC atuando e se imiscuindo em todas as atividades como senhora absoluta da situação, cabendo às agências brasileiras uma atuação secundária em todo esse cometimento. E, por cima, com uma agravante para as entidades brasileiras: estas deviam arcar com toda a responsabilidade de possíveis fracassos das iniciativas e empreitadas em que se envolviam, enquanto a RDC, que era a verdadeira mentora de tudo, saía da liça sem ônus e responsabilidade alguma (MARTINELLO, 2004, p. 132).

Como se constata, toda a grande estrutura da economia da borracha estava voltada para atender aos interesses externos. No que tange ao trabalho nos seringais, predominou a mesma situação de exploração do seringueiro-nordestino, não havendo a inserção de técnicas racionais de produção e cultivo das árvores seringueiras. Ao término da guerra, cessado o interesse externo pela borracha amazônica, a economia extrativista do látex mais uma vez sofre com a decadência. Ao seringueiro-nordestino só restou o legado do esquecimento. Somente quatro décadas depois conquistou-se o direito de uma aposentadoria composta por dois salários mínimos, ainda muito pouco frente à luta na “batalha da borracha” e o “esforço de guerra” desses trabalhadores. Atualmente, muitos desses seringueiros, já idosos, sobrevivem com essa aposentadoria inferior a dos soldados que foram para os campos militares, convivendo com as sequelas na saúde, resultantes das condições degradantes e desumanas de trabalho as quais foram submetidos naquele período. Se na “batalha da borracha”, o governo brasileiro criou toda uma estrutura para a migração desses trabalhadores para a Amazônia, hoje os chamados “soldados da borracha” sofrem com o abandono e esquecimento do poder público.

Nos anos 1960, tem-se um novo ciclo de colonização do Acre com a inserção desse espaço na lógica desenvolvimentista do governo militar em sua política “modernizadora” para o País. No que refere à Amazônia, defendeu-se o que seria o processo de modernização econômica para a região e a promoção de políticas de ocupação. Para tanto, foram criados órgãos, como a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e o BASA (Banco da Amazônia – S/A), encarregados de criar mecanismos para fomentar a aquisição de terras no território amazônico para a agropecuária; além do “Plano de Integração Nacional – PIN” e “via I e II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)”, que propuseram a “realização de investimentos de grande monta em infraestrutura na Amazônia, que englobavam desde a construção de extensos eixos rodoviários [...] modernização do

sistema de navegação fluvial, implantação de sistemas de comunicação, ampliação da produção de energia elétrica etc.” (PAULA, 2013, p. 81-82). No Acre, a inserção a esse projeto desenvolvimentista baseou-se na grande propriedade de terras e na pecuária. A escolha pela pecuária seria para fins de exportação para o mercado exterior com a intenção de “integrar o Brasil ao mercado mundial como um dos maiores exportadores de carne bovina” (PAULA, 2013, p. 84-85). Segundo Paula (2013, p. 85), essa estratégia, apoiada na “oferta de incentivos fiscais” pelos governos federal e estadual, além das “possibilidades de especulação com o mercado de terras, abriram passagem para a expansão da frente agropecuária no início dos anos 70”.

Em meados dos anos 70, frente à expansão capitalista predatória na Amazônia, que impulsionou os desmatamentos em função da pecuária e expulsou os seringueiros da floresta, houve um movimento de resistência por parte destes trabalhadores, que lutaram em defesa da floresta e de seus modos de vida, realizando os chamados Empates, nos quais se juntavam em um grande mutirão homens, mulheres e crianças e se colocavam à frente dos peões e motosserras no intuito de evitar os desmatamentos. Já nos anos 1980, há um movimento ainda maior, a Aliança dos Povos da Floresta, que reuniu os povos tradicionais – índios, seringueiros, castanheiros, pescadores e ribeirinhos – contra a pecuária e exploração madeireira, em prol da preservação do meio ambiente, defendendo a colheita não predatória de produtos extrativistas, além da garantia de seu espaço de moradia.

Com a atuação desses movimentos houve maior visibilidade às denúncias de destruição da floresta. Assim, as críticas a esse desenvolvimentismo e os efeitos da expansão do capitalismo na região, bem como a crescente importância por parte de movimentos ecologistas à causa da preservação da floresta, colocam em questionamento a política nacional para a Amazônia e promovem debates em nível internacional sobre as questões relacionadas ao desenvolvimento da região. No que se refere à conservação do meio ambiente, a preocupação estava fundamentada, principalmente, na hipótese de que os desmatamentos estariam contribuindo para a destruição da camada de ozônio, portanto, seria imprescindível a preservação do meio ambiente para a manutenção da vida no planeta (PAULA, 2013, p. 223-226).

Nesse cenário, vê-se a importância do ativismo protagonizado por grupos historicamente excluídos – seringueiros e índios – com a apresentação de propostas que direcionavam para a ideia do que seria a alternativa de desenvolvimento para a Amazônia:

No plano da ação política, o fato marcante na Amazônia, nesse período, foi a conquista de espaços mais amplos nas esferas da sociedade civil e política por parte das representações de determinados segmentos sociais subalternos, particularmente dos seringueiros e índios. A partir daí, não eram somente os “ecologistas da zona Sul do Rio de Janeiro” ou aqueles da Europa e Estados Unidos que condenavam a devastação da floresta amazônica, mas aqueles diretamente afetados por esse processo que passavam a denunciar as mazelas sociais e ambientais produzidas no rastro da “modernização”. Mais ainda, além das críticas, as representações dos seringueiros e índios apresentavam propostas concretas – como a criação das reservas extrativistas e demarcação das terras indígenas – para bloquear o processo de exploração predatória em curso e definir a partir de suas demandas um outro tipo de desenvolvimento na região (PAULA, 2013, p. 227).

Na busca dessas causas, destaca-se a atuação de Chico Mendes, que aliou a preocupação ambiental com o sindicalismo e liderou os seringueiros na luta pela criação das reservas extrativistas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Chico Mendes ajudou também a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT) no Acre e foi uma de suas principais lideranças. Contudo, o seu ativismo incomodou muito àqueles que passaram a sofrer interferências em sua ganância pela exploração da terra e, em 1988, foi assassinado a mando de um fazendeiro. Esse acontecimento deu ainda mais notoriedade à causa da preservação da floresta e à perseguição sofrida por aqueles que defendiam a natureza. Já nos anos 1990, por meio do Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, foram criadas as primeiras reservas extrativistas definidas como “espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por população extrativista”. A criação das reservas extrativistas e proteção às terras indígenas seria uma forma desses grupos terem seus modos de vida e trabalho preservados e, ao mesmo tempo, combater a exploração predatória da natureza.

A partir de 1999, com a ascensão da coligação Frente Popular do Acre (FPA)¹, essa causa é colocada como base do desenvolvimento sustentável que supostamente seria realizada no estado como continuidade dos ideais de um modelo alternativo, defendido por Chico Mendes nos anos 1980. Acerca da trajetória da Frente Popular durante os 20 anos em que esteve no poder no Acre, tem-se como governadores do estado: Jorge Viana (1999-2006), Binho Marques (2006- 2010) e Tião Viana (2010- 2018). Esses governos procuraram, sobretudo promover o Acre como um modelo de estado amazônico que se desenvolveria com

¹ A partir de Moura (2018, p. 34) apresenta-se uma breve síntese do emaranhado de siglas partidárias da Frente Popular do Acre desde 2002: (PT, PL, PC do B, PV, PMN, PSDC, PT do B) Frente Popular do Acre 2006 (PP, PT, PL, PRTB, PMN, PSB, PC do B) Frente Popular do Acre 2010 (PT, PP, PRB, PDT, PTN, PR, PSDC, PHS, PTC, PSB, PV, PRP, PCB, PTB, PSTU, PCdoB) Frente Popular do Acre 2014 (PDT, PRB, PT, PSL, PTN, PSDC, PHS, PSB, PRP, PEN, PPL, PC do B, PROS, PTB).

equilíbrio ambiental e progresso social, com respeito às populações tradicionais e à preservação da natureza, mediante a implantação do desenvolvimento sustentável. Porém, ao contrário do que passaram a divulgar, ao associar a ideia de desenvolvimento sustentável à causa dos movimentos sociais, conforme Paula (2013, p. 315-316) explica:

[...] houve uma ruptura radical entre os pressupostos que orientaram a elaboração da proposta de reservas extrativista (RESEX) e outras “alternativas de desenvolvimento” gestadas no âmbito do MSTR no Acre, nos anos 80, e a “prática do desenvolvimento sustentável” vicejada no decorrer dos anos 90. O traço fundamental dessa ruptura pode ser identificado na inversão do conteúdo definidor das relações entre público e privado, mais especificamente entre natureza e mercado: anteriormente, partia-se do suposto de que a conservação da natureza poderia compatibilizar-se com formas de exploração mercantis não predatórias, o que requeria uma forte participação do Estado. Posteriormente, as “práticas do desenvolvimento sustentável” passaram a ser orientadas pelas “determinações” ou “contingências do mercado”, resultando numa instrumentalização cada vez maior da apropriação dos bens naturais para fins de mercantilização e, conseqüentemente, na maior valorização da esfera de “mercado” nas estratégias de desenvolvimento.

Vê-se, então, que a inversão dos ideais das lutas dos trabalhadores seringueiros e das propostas de Reservas Extrativistas acontece, sobretudo, em função da prevalência da esfera do mercado na dinâmica do desenvolvimento da região, assim a base das relações, movida pelos interesses mercantis, não se altera. Nesse sentido, Paula (2013, p.316) afirma que “embora tenham ocorrido mudanças na forma do desenvolvimento na região, o conteúdo geral da sua insustentabilidade não foi superado, seja nos seus aspectos políticos, seja pelos aspectos socioeconômicos e ambientais”.

Na promoção do Desenvolvimento Sustentável os órgãos internacionais, como os grandes bancos mundiais e as Organizações Não Governamentais (ONGs) conservacionistas, passaram a ter maior influência na “formatação das políticas estratégias de desenvolvimento na região” (PAULA apud PAULA, 2012, p. 15). No Acre, esse controle se materializa com o recebimento de financiamentos de órgãos como o Banco Mundial, BID e grandes ONGs conservacionistas internacionais, que direcionam, em nível local, a construção do modelo dito sustentável com “diversas iniciativas no sentido de adaptar a legislação estadual aos cânones da ‘economia verde’” (PAULA, 2012, p. 15).

Dentre as políticas construídas a partir dessa dinâmica e tidas como referência da economia verde, destacam-se o Manejo Florestal Sustentável (MFS), bem como o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), que institucionalizou o programa REDD (Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação).

O Manejo Florestal Sustentável (MFS) é oriundo do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais/PPG7. Foi lançado na Rio 92, e apoiado, no Brasil, em 2006, por meio da criação da “Lei nº 11.284, de Florestas Públicas para poder conceder áreas de floresta do Estado à iniciativa privada, criando-se também o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para coordenar o tema” (BRASIL, 2013). Em nível local, a prática do manejo florestal foi regularizada com a “a Lei Estadual nº 1.426, de 2001, Lei Florestal do Estado do Acre, a qual determinou que ‘o uso dos recursos das Florestas Públicas de Produção poderá ser concedido sob o regime de concessão florestal, mas sob qualquer circunstância, a exploração deve resultar da aplicação de um plano de manejo aprovado e supervisionado pelos órgãos’ (BRASIL Apud FAUSTINO et FURTADO, 2015, p. 27).

Já o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), que instituiu o Programa REDD (Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação), foi consolidado, em nível internacional, na Rio + 20 no pacote da Economia Verde, mas no Acre, ainda antes da referida conferência, em 2010, já tinha sido regulamentado por meio da Lei Estadual 2.308/2010, que criou o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), o Programa de Incentivos por Serviços Ambientais (ISA Carbono) e demais Programas de Serviços Ambientais e Produtos Ecosistêmicos do Estado do Acre.

Dessa forma, na ocasião da Rio +20, em 2012, o Acre já se apresentava ao mundo como implementador da Economia Verde² e expunha seus projetos conforme as diretrizes da política internacional para angariar financiamentos. Porém, na prática, as atividades que estavam sendo implementadas a partir do modelo supostamente “sustentável” já geravam contradições. Em Dossiê intitulado *O Acre que os Mercadores da Natureza Escondem*, elaborado em 2012 por pesquisadores, ativistas e trabalhadores extrativistas e divulgado na Rio +20, foram reveladas práticas de degradação ambiental e repressão social que contradizem a sustentabilidade e a participação social propagandeada pelo governo do estado; bem como evidencia os interesses capitalistas como a verdadeira força motriz desta política governamental que promove a mercantilização da natureza, encerrando na multiplicação de mazelas ambientais e sociais.

Em 2013, no artigo *Brasil: Vozes de comunidades no Acre alertam sobre as violações envolvidas no Manejo Florestal Sustentável Comunitário*, publicado no site do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, trabalhadores extrativistas denunciam o Manejo Florestal

² É definida pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma ou UNEP, em inglês) como "uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica" (ONU, 2018)

Sustentável (MFS) como ameaça aos seus modos de vida e ao controle da floresta da qual dependem. O MFS foi criado para a extração de madeira nas reservas extrativistas, como alternativa de combate ao contrabando de madeira e desmatamento, bem como servir como fonte de renda para os moradores da reserva. Porém, tornou-se um mercado de madeira “sustentável”, no qual o pagamento ao trabalhador extrativista é mínimo frente aos montantes oriundos do comércio da madeira. Além disso, o mercado dessa matéria-prima é voltado para a exportação e a população praticamente não tem acesso aos produtos. A madeira nobre da Amazônia, como o Jacarandá, por exemplo, já não existe para os brasileiros, foi toda exportada ficando para o consumo interno as madeiras de menor valor, quando existe, o preço é superfaturado.

Em 2015, no Relatório *Economia Verde, Povos das Florestas e Territórios: violações de direitos no estado do Acre*, elaborado pela DhESCA Brasil (Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), resultante da Missão de Investigação e Incidência da Relatoria Nacional de Direito Humano ao Meio Ambiente (RDHMA) no Acre, em 2013, são reveladas práticas de violações de direitos territoriais e situação de vulnerabilidades socioambientais decorrentes das práticas da economia verde no estado. O relato de uma trabalhadora rural, exposto no documento, demonstra a situação vivida pelos povos da floresta:

Colocam essa questão do aquecimento global como um terror psicológico para as cabeças das pessoas. Como se apenas os seringueiros preservando a floresta fosse suficiente para resolver o problema do clima do mundo. No ano passado eu disse para uma promotora de justiça do meio ambiente que compreendo que existe uma alteração do clima, mas não somos só nós, população tradicional, deixando de cultivar nossa roça de subsistência, para a qual queimamos apenas uma vez por ano, que vai resolver a situação.

O impacto dessas políticas é a perda de todos os direitos que os povos têm como cidadão. Perdem todo o controle do território. Não podem mais roçar. Não podem mais fazer nenhuma atividade do cotidiano. Apenas recebem uma bolsa para ficar olhando para a mata, sem poder mexer. Aí, tira o verdadeiro sentido da vida do ser humano.

Trabalhadora Rural

Acre, setembro de 2013

(FAUSTINO et FURTADO, 2015, p. 9)

A implementação das políticas da economia verde acaba interferindo no modo de vida dos povos tradicionais por meio do incentivo a práticas de atividades, como a exploração madeireira e o mercado de carbono, que não fazem parte da sua cultura, proibindo-os de fazerem roçados, sob o pretenso argumento de que suas ações levam ao desmatamento. Além disso, ao despertar o interesse de grandes latifundiários pelas terras desses povos, coloca-os

em situação de vulnerabilidade, já que muitos povos indígenas, por exemplo, não têm ainda suas terras devidamente demarcadas (FAUSTINO; FURTADO, 2015). Assim, “a economia verde tende a relativizar as reais causas da degradação, penalizar as populações historicamente prejudicadas pelas injustiças sociais e ambientais e transformar a crise ambiental em possibilidades de acumulação de capital, em detrimento dos direitos das populações” (FAUSTINO; FURTADO, 2015, p. 41). Por tudo isso, “para as organizações críticas, o caminho da economia verde é equivocado na solução dos problemas históricos e a posição e postura do governo camuflam os privilégios dos ruralistas locais, das madeireiras, de empresas e agentes internacionais, amparados no discurso do desenvolvimento sustentável” (FAUSTINO; FURTADO, 2015, p. 68).

Como reflexo dessas práticas, constatam-se contradições socioeconômicas geradas na estrutura da sociedade. Ainda hoje o Acre é um dos estados com maior número de pessoas pobres, dependentes do Bolsa Família, segundo levantamento realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em 2017, ele ocupa a terceira posição com 41% da população beneficiária de recursos do Programa. O estado também possui um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país – 0663, conforme Censo IBGE 2010. Diante de crescente pobreza e vulnerabilidades sociais há o aumento da criminalidade e um cotidiano de mortes violentas com ligação direta ao tráfico de entorpecentes e a conflitos entre facções. Sobre isso, ressalta-se que a localização geográfica do estado do Acre, tríplice fronteira – Brasil, Bolívia e Peru – é um agravante, pois a guerra entre facções criminosas é em disputa pelo controle das rotas de tráfico de droga na Amazônia.

Diante do cenário exposto, observa-se que a tentativa de conciliar o desenvolvimento econômico, meio ambiente e o enfrentamento da pobreza e desigualdades, por parte do governo da floresta, não foi tão exitosa tal como propagandeado em seu discurso de defesa do desenvolvimento sustentável, que supostamente seria concretizado pelo caminho da economia verde. As práticas que predominaram nas duas décadas em que esse grupo político esteve no poder (1999-2018) expressam mais o aprofundamento da exploração da natureza e de suas gentes, em benefício dos interesses do capital mundial, do que a garantia do sustento dos povos da floresta aliada à manutenção da natureza e em consonância com a realidade social do lugar.

A partir de uma análise crítica do Acre contemporâneo, constatam-se muitas contradições na proposta do grupo político da Frente Popular acerca do que seria a solução para as dificuldades econômicas, sociais e ambientais do estado, o desenvolvimento sustentável. Ademais, há de se considerar que esse mesmo grupo político esteve à frente do

governo estadual por cerca de 20 anos e, enquanto mantenedores do poder, exerciam a manipulação de muitos recursos voltados à legitimação de seus ideais. Para explicar como essa tentativa continuada de legitimação foi expressa por tantos anos na vida cotidiana do Acre contemporâneo, volta-se o olhar à outra face do projeto “sustentável” no Acre, a midiática.

Ao ter contato com crônicas e artigos de temática política, referentes às duas décadas (1999-2018) do governo da Frente Popular, nota-se a tendência desses textos em realizar a defesa do desenvolvimento sustentável no estado e das ações governamentais, bem como dos políticos e partidários desse governo. Muitas vezes, na leitura dos textos, tem-se sensação de estar diante de uma mídia oficial do governo ou, ainda, diante de verdadeiras propagandas políticas. Isso se explica com a constatação da relação do Governo da Floresta com alguns jornais da iniciativa privada que continuamente promoviam a publicação de materiais voltados à consolidação positiva da imagem da administração do governo do Partido dos Trabalhadores, com suas respectivas ideias e valores. O quadro a seguir que apresenta as empresas de publicidade contratadas pelo governo do estado do Acre, através do Contrato nº 10/2017.

Quadro 1- Empresas de publicidade contratadas pelo governo do estado do Acre (2017)

Empresa Fornecedora
Jornal Página 20
Gráfica Globo Ltda.
Jornal A Gazeta
Jornal e TV Rio Branco
Jornal A Tribuna
Jornal Juruá em Tempo Renata L de Sá Editora
Jornal Expresso Amazônia Arcoverde Ltda – Me
Jornal Opinião Acre Publicidade Ltda
Rádio e TV Integração Rádio e Televisão Integração Ltda

Top Mídia Serviços e Promoções Ltda
Ecoacre – Rádio Jornal e Televisão Ltda
TV 5 – Sociedade de Comunicação Norte Ltda
Rádio CBN, TV Acre e TV CZS–Rádio e TV do Amazonas Ltda
TV e Rádio Verdes Florestas Fundação Verdes Florestas
TV Redevida – Diocese de Rio Branco
TV Gazeta Rádio e Televisão Norte Ltda
TV Tarauacá R.R Comunicações – Eirele
E A de Andrade
Master Led S. A. A. de Oliveira Neto – Me
Center Outdoor G.S Silveira – Me
M&W Vídeo e Edição
Companhia de Selva Ltda
Yuxí RTVC Produções Cinematográficas Ltda

Fonte: Portal da Transparência do Governo do Estado do Acre (2018), dados trabalhados pela autora.

Os jornais que habitualmente publicavam artigos, construindo notícias favoráveis ao governo, aparecem na lista da mídia que recebeu recursos do ente estadual para a divulgação do que seria publicidade institucional. Ademais, existia a atuação de uma mesma empresa a Companhia de Selva que realizava a publicidade do governo há cerca de 20 anos e era a mesma responsável pelas atividades de propaganda eleitoral do Partido dos Trabalhadores. Por outro lado, os jornais que publicavam textos mais críticos e condenavam as ações do

governo da florestania³ não se encontram no rol de contratados para realizar atividades de publicidade do governo.

A configuração da organização social acreana durante o período do governo da floresta despertou o interesse de muitos pesquisadores, que elaboraram estudos a fim de compreender o Acre contemporâneo.

No livro *(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza*, Elder Paula (2013) analisou o desenvolvimentismo no Acre da década de 1970, durante o governo militar, aos anos 1990 do Governo da Floresta e concluiu que as duas fases compartilham a mesma essência de um “desenvolvimento insustentável”. Segundo o autor, enquanto na primeira fase tal insustentabilidade era mais evidente, o que impulsionou a ação dos movimentos sociais, na segunda, a exploração da floresta e interferência nos modos de vida dos moradores da região não são evidenciados no sentido de levar a uma ação mais forte destes, tal como na fase anterior. Ao contrário, o desenvolvimento posto pelo governo é propagado como uma única e justa alternativa.

Para esse estudioso, apesar do governo da florestania difundir a ideia de um desenvolvimento sustentável como legado dos movimentos sociais da década de 1970, o que se pode perceber é que essa fase é marcada pela maior importância da esfera de mercado na relação com o meio ambiente, levando ao aprofundamento da mercantilização da natureza. Logo, apesar de ter ocorrido mudanças na forma do desenvolvimento na região o conteúdo geral da insustentabilidade não foi superado (PAULA, 2013, p. 316). O autor destaca, ainda, que com a maior valorização da esfera de mercado em relação ao período do governo militar, o qual se caracterizava mais como um projeto desenvolvimentista nacional, ocorre uma maior subordinação do governo local aos interesses do capitalismo internacional (PAULA, 2013, 322).

Na tese de doutorado intitulada *Seringalidade: a colonialidade no Acre e os condenados da floresta*, de João José Veras de Souza, defendida em 2016, observa-se uma nova manifestação da colonialidade, um padrão de poder global que em nível local tem suas particularidades e possui historicidade.

Por meio da análise da teoria crítica decolonial, da historiografia local e de documentos de planejamento de políticas de desenvolvimento sustentável, mantidas por instituições financeiras multilaterais (a exemplo do Banco Interamericano de

³ Termo utilizado para referir-se ao governo estadual iniciado por Jorge Viana em 1999 e atualmente conduzido por Tião Viana, ambos do Partido dos Trabalhadores, buscando enfatizar a ideia de um modelo amparado na vocação ambiental, por vezes também utiliza-se a expressão “Governo da Floresta”.

Desenvolvimento e o Banco Mundial, a partir do final dos anos 1990 com o Governo da Floresta), Souza (2016) compreende que a colonialidade se manifesta sob o que ele categoriza como “seringalidade”, a qual se expressa com o desenvolvimento sustentável e a florestania, os quais renovam e fortalecem a estrutura de exploração mercantil da natureza e dominação de indígenas e seringueiros, iniciada no passado do lugar e categorizada pelo autor como “seringalismo”. Desse modo, denomina os povos tradicionais de “condenados da floresta”, em referência à renovação da posição destes no então também renovado regime da colonialidade.

Eduardo Carneiro, em seu livro *Acreanismo e Comemorações Cívicas: do Movimento Autonomista ao Governo do Partido dos Trabalhadores*, evidencia a presença de uma política simbólica como instrumento de controle social atuando na manipulação da história no Acre em favor dos interesses de grupos políticos desde a fundação do estado. A partir de narrativas históricas e comemorações cívicas, o autor mostra que essa política é realizada principalmente com o apelo à história sobre o lugar, de forma abusiva, sob a ótica das classes dominantes e a identificação do povo com essa narrativa. Carneiro (2017, p. 88) categoriza esta política simbólica como “acrianismo” e indica a “acrianidade” – o sentimento e orgulho de pertencimento ao Acre – como consequência desse simbolismo. O autor mostra que no governo da Frente Popular “as comemorações cívicas e do abuso da história foram as principais estratégias empregadas pelo Partido dos Trabalhadores para fomentar o acrianismo” (p. 88). Logo, “a identidade acriana é uma consequência do acrianismo e não da interação ou a práxis da vivência coletiva. Ela é uma operação simbólica” (p. 91).

Nesse sentido, as constatações acerca da configuração da vida cotidiana no Acre contemporâneo no período em que o governo da floresta esteve no poder, indicam uma organização social marcada pela exploração da natureza e de seus povos, tendo como base financiamentos e ideários externos, sob um modelo de desenvolvimento que mantém ligação com o capitalismo internacional. Conjugada a essa prática, tem-se uma política simbólica, fomentada principalmente pela atuação da mídia que atua construindo consensos em prol de grupos hegemônicos, difundindo suas ideologias que, por sua vez, estão ancoradas em interesses externos.

Desse modo, no próximo capítulo desse trabalho apresenta-se o referencial teórico utilizado para revelar os ideais e valores em gêneros jornalísticos, delimitados em crônicas e artigos de opinião do Acre contemporâneo e do início de sua formação histórico-social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da premissa de que a vida cotidiana no Acre contemporâneo reitera as bases das relações de dependência, que tem raízes no início de sua formação histórico-social, destacando-se o papel da mídia na produção e reprodução desse cotidiano, apresentam-se as proposições de base teórica marxista de Marini (2011). Essa teoria traz contribuições para a compreensão da natureza das relações em uma sociedade dependente, bem como a de Mattelart, Piccini e Mattelart (1976) e Mattelart (1978), os quais refletem sobre as condições de produção da mídia nessa formação social. Para o estudo da vida cotidiana, são apresentadas as proposições de Lefebvre (2014), em sua *Crítica da Vida Cotidiana*, que também informado pelo referencial teórico marxista, proporciona uma forma de investigar o processo de produção e reprodução da vida sob bases materiais em sua totalidade e na concretude da própria vida.

Desse modo, a discussão de Marini (2011), Mattelart, Piccini e Mattelart (1970), Mattelart (1978) e Lefebvre (2014) alicerça a fundamentação teórica que iluminará o estudo da Vida Cotidiana do Acre Contemporâneo, encaminhado para a compreensão da realidade social desse espaço. Nesse sentido, ao apresentar as proposições de cada autor, busca-se evidenciar como, em conjunto, elas ajudam a compreender o processo de produção do cotidiano no espaço social acreano.

O sociólogo brasileiro Rui Mauro Marini (2011), em sua *Teoria Marxista da Dependência*, analisou, nos anos 1970, a dinâmica da economia latino-americana e sua integração ao mercado mundial, desvendando o caráter dependente como uma característica histórica dessa formação social. O autor defende que a forma como ocorre essa integração define a posição dessa economia na divisão internacional do trabalho, o que implica no que ele denomina de troca desigual que, por sua vez, resulta na superexploração do trabalho. Desse modo, o autor revela as contradições da economia dependente na América Latina, evidenciando que para o desenvolvimento dessa região haveria de ser superada essa tendência que ele indicou como ainda presente naquele contexto da década de 1970.

Marini (2011, p. 2) destaca que perante o padrão do modo de produção capitalista, a economia na América Latina apresenta peculiaridades, muitas vezes tidas como “insuficiências” e “deformações”, sendo essa economia referida frequentemente a partir da ideia de um ‘pré-capitalismo’. Para o autor, na verdade, ocorre que, por sua estrutura e

funcionamento singular, a América Latina não tem condições de desenvolver como as economias avançadas. Assim, “mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*” e para entendê-lo faz-se necessário um olhar para o “sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional” (MARINI, 2011, p. 2).

Nesse sentido, para falar da integração da economia latino-americana ao capitalismo mundial, Marini (2011, p. 3-4) recorda que o nascimento desta advém da época da colonização, no contexto da expansão comercial europeia no século XVI, em que a América Latina se configurava como fornecedora de metais preciosos e gêneros exóticos, tendo contribuído para o crescimento da economia europeia e o desenvolvimento de sua indústria. Essa base colonial prevaleceu no século XIX, mesmo com a independência política das colônias e, ao invés da integração entre os países latino-americanos, o que ocorreu foi uma economia em torno da Inglaterra com a exportação de bens primários em troca de produtos industrializados e acumulação de dívidas. Essa conjuntura foi o que definiu naquele momento “a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região” (p. 4). Foi a partir dessa configuração que se desenhou a “dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2011, p. 4).

Segundo Marini (2011, p. 4-6), o desenvolvimento da indústria europeia acontece em função dessa relação, sem a qual não prosperaria tanto. Enquanto sua classe operária trabalhava na indústria, quem fornecia os produtos alimentícios de subsistência eram os países latino-americanos, além das matérias-primas para o setor fabril, cabendo ainda à América Latina a condição de consumidora de produtos manufaturados. Nessa relação, destaca-se a exportação dos bens primários a preços muito baixos, enquanto os produtos industrializados eram importados a preços altos, contribuindo para o crescimento da indústria nos países centrais, em detrimento da permanência da condição de exportadores de matérias primas para os países latino-americanos. Essa situação desfavorável para a economia dependente ao tentar inserir-se no capitalismo global é o que Marini (2011) denomina de troca desigual.

Dessa forma, em busca de aumentar a produção para compensar o lucro e dar conta de continuar nesse sistema, nos países periféricos, o peso dessa economia recai sobre a classe trabalhadora, que precisa ensejar esforços quase sub-humanos para garantir a posição tão desleal da América Latina no comércio exterior. Marini (2011) também afirma que nos países centrais a maior capacidade produtiva ocorre com o deslocamento da produção de mais-valia

absoluta para a de mais-valia relativa. Esse movimento, garantido pelo incremento da tecnologia na indústria europeia, não dependendo exclusivamente da força física do trabalhador. Já com a produção dos países latino-americanos acontece justamente o contrário, essa produção desprovida de todo o aparato tecnológico tem sua maior produtividade em função de maior exploração da força de trabalho pelo aumento de sua intensidade e/ou prolongamento da jornada.

Essa reação da economia dependente no âmbito da produção interna, que focaliza na maior exploração do trabalhador e não no incremento de sua capacidade produtiva, é denominada por Marini (2011, p. 6-12) de superexploração do trabalho. Conforme assinala o autor, “é esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista” (p. 6).

O mesmo autor ainda destaca que a superexploração do trabalho está relacionada principalmente ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, mas também aos tipos de atividades que são realizadas nos países latino-americanos, como o extrativismo e a agricultura. Assim, esse sistema na economia dependente “permite baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro” (MARINI, 2011, p. 13). Desse modo, para Marini (2011, p. 18) a economia que se realiza na América Latina “é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias”, tendo em vista que ao praticá-lo o faz de maneira peculiar, desenvolvendo “relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional”.

A partir dessa interpretação sobre a dinâmica da economia na América Latina nos anos 1970, Marini (2011, p. 19-20) aponta que a base da economia dependente permanecia no processo de desenvolvimento da industrialização na região, o que explicava muitos dos entraves e tendências do capitalismo nos países latino-americanos. O autor faz uma crítica às correntes desenvolvimentistas da década de 1950, que pareciam desconhecer essa herança histórica da periferia e acreditavam que os problemas socioeconômicos dessa região tinham relação com a insuficiência do capitalismo e que para o crescimento dela bastava então acelerar o ritmo do desenvolvimento. Ao contrário dessa afirmativa, Marini (2011) evidencia que a economia latino-americana repetia o ciclo do capital que criou sua base originária e, assim, “a industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré-existente, e se estruturará

em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados” (MARINI, 2011, p. 22). Além disso, o aumento da produtividade, agora com a indústria, “reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador” (p. 23). Diante disso é que o estudioso conclui que naquele contexto dos anos 1970 ainda se manifestavam as formas que imperaram no modo de produção da economia colonial.

Hoje, embora já tenha se passado quase cinco décadas em relação àquele contexto analisado por Marini, percebe-se a atualidade do pensamento do autor para clarear o contexto de estudo da vida cotidiana no Acre contemporâneo, um espaço que foi e ainda é marcado pela dependência. Nesse caminho, considerando que a mídia é um componente que colabora para a reprodução dessa formação social e, ainda, ela mesma reflete essa dependência, apresentam-se os estudos do sociólogo belga Armand Mattelart e sua equipe, os quais evidenciam as condições de produção da mídia em uma sociedade dependente.

Na sociedade capitalista, a mídia é um dos fetiches do capital e colabora para o fortalecimento desse sistema e sua dominação social, legitimando e justificando ideologias e mitos em prol de uma classe dominante. Essa constatação parece mais forte quando se reflete sobre a mídia no contexto da América Latina e suas singularidades. Nesse sentido, Armand Mattelart e sua equipe, em seus estudos sobre Economia Política da Comunicação, na década de 1970, seguem a perspectiva da Teoria da Dependência e situam a análise da produção e circulação da comunicação e cultura no contexto da economia global; a fim de investigar as formas como a ideologia opera e cria redes de dominação com papel decisivo na comunicação de massa na América Latina sob a influência do capitalismo internacional.

Em *A natureza das práticas das comunicações em uma sociedade dependente*, Mattelart (1978) retrata a mídia no contexto da sociedade capitalista como uma de suas atividades e produtos, que colabora para a dominação social da classe dominante e se coloca como um espaço de liberdade de ideias. Mas, na verdade, ela utiliza essa pseudo liberdade para promulgar a imagem de sociedade harmônica e sem conflitos de classe. Assim, o autor destaca a realidade da mídia na América Latina, uma sociedade dependente, a fim de entender as práticas de comunicação nesse espaço:

Em uma sociedade dependente, a mídia demonstra o conceito de mudança do sistema imperialista – uma concepção que, de fato, acaba sendo a negação da mudança. De fato, seu dever é produzir e reproduzir a retórica da mudança para evitar qualquer alteração real nesse modo de produção da vida que caracteriza o sistema (MATTELART, 1978, p. 23).

Mattelart, Piccini e Mattelart (1976), em *Os meios de comunicação de massa – A ideologia da imprensa liberal no Chile*, analisam os princípios organizativos da ideologia nos veículos de comunicação do país e as estruturas de poder da informação. Além disso, fazem crítica aos meios de comunicação no Chile, dominados pela burguesia, e ao papel da mídia que funciona como aparato ideológico ao Estado burguês, destacando as problemáticas da dependência informacional e cultural dos países latino-americanos em relação aos centrais e o poder ideológico que estes exercem sobre aqueles. Os autores mostram que a dependência não é só material, mas, sobretudo ideológica, o que muito contribui para consolidar a dominância dos países hegemônicos sobre os latino-americanos.

Nessa obra, os estudiosos demonstram, sobretudo, a relação das ideologias na produção e reprodução da formação social dependente, expondo a forma como tal dinâmica acontece. Para os autores, as ideologias mantêm “um relacionamento íntimo com um modo de produção e uma determinada formação social; funciona para esta formação e permite sua reprodução, assim como permite a reprodução da hegemonia da classe que personifica o capital” (MATTELART, 1978, p. 20). Eles compreendem as ideologias como “as opiniões relativas aos problemas sociais, moldadas no sentido dos interesses de uma classe social” e cumpre uma função, “estas opiniões servem para defender esses interesses” (MATTELART; PICCINI; MATTELART 1976, p. 23). Assim, demonstram que a classe dominante com seu poder econômico, influencia na produção da mídia e guarda ligações com o capitalismo global. Essa relação pode ser definida a partir de um olhar para os grupos, em nível nacional/local, que controlam a mídia:

Identificar os grupos que manipulam os vários meios de comunicação significa entrar no campo das estruturas nacionais de poder e rastrear suas ligações com o capital internacional. Permite-nos, portanto, determinar mais claramente o que temos chamado de classe dominante hegemônica, que, em última análise, e além de qualquer contingência, encontra-se em pequenos grupos esses que concentram força econômica e controlam decisões, com o reformismo pelo qual todos devem aliar-se e se contentar com a política desenvolvimentista. (MATTELART; PICCINI; MATTELART, 1976, p. 40).

Mattelart, Piccini e Mattelart (1976) fazem menção à rede de relações das elites nacionais/locais com o capitalismo internacional e a utilização da mídia para a manipulação de ideias, inclusive no que refere às políticas desenvolvimentistas na América Latina. Desse modo, ao evidenciar que a rede de conexões que envolvem a mídia monopolista está calcada no poder econômico, os autores constataam que “a informação é apenas um dos muitos produtos comerciais desenvolvidos e gerenciados por alguns grupos, guiada pela dupla lei do

lucro e da competição” (p. 32). Ao trazer essa reflexão, trazem também à tona a questão da propriedade dos meios de comunicação, o que atinge outro fato que é a liberdade de imprensa e de opinião. Em uma mídia ancorada por interesses de grupos, em que os proprietários dos meios de comunicação são os titulares dessa chamada liberdade, “a liberdade de imprensa é uma propriedade” (MATTELART; PICCINI; MATTELART, 1970, p. 52). Assim, o que se tem na verdade é uma rede de domínio, em que a liberdade de imprensa e de opinião é a liberdade de alguns grupos interessados em difundir suas ideias e valores, ou seja, suas ideologias.

Mattelart, Piccini e Mattelart (1976, p. 24) expõem que a classe dominante com o seu monopólio sob os meios de produção e a estrutura do poder de informação tende a impor a sua visão particular do mundo como algo universal. Logo, o foco da análise são os “mecanismos do sistema de valor social” da ideologia burguesa, entendidos a partir de uma escala maior dos processos da classe dominante. Interessa conhecer as formas pelas quais a “ordem burguesa é internalizada em cada indivíduo, ou seja, inserindo seus costumes, seus gostos, seus reflexos” e como “adquire o status de universalidade e é promovida ao posto de ordem natural” (p. 31).

Assim, os autores defendem que a análise ideológica procure descobrir o que está além da aparente realidade, os discursos, os significados intrínsecos:

o que nos interessa é o conteúdo latente dessas mensagens [...] Para apontar o nível ideológico dos discursos humanos, materializados em jornais, revistas, filmes, emissoras de televisão, etc. Barthes fala das ‘conotações’ da linguagem; secundário da linguagem por oposição às ‘denotações’ a linguagem primária (corrente e ‘objetiva’). Greimas, por sua parte prefere a expressão ‘nível mítico’. Em resumo, a análise de conteúdo ideológico dos meios de comunicação, tenta perceber o ‘sistema de significados secundários’.

Acrescentam que, na leitura ideológica, as mensagens que em um primeiro momento podem parecer uma banalidade, revelam-se repletas de significados, manifestando marcas e interesses de uma sociedade: “como as contidas na crônica ou em emissoras sobre dietética, moda, literatura, revisões de filme ou teatro; ou o conteúdo mais clássico, e às vezes mais explícita sobre editoriais de jornais, rádio ou televisão” (MATTELART, PICCINI e MATTELART, 1970, p. 24),

Além disso, para a análise ideológica, Mattelart, Piccini e Mattelart (1976, p. 31-32) chamam a atenção também para os estereótipos sociais que muito podem revelar sobre a ideologia dominante e as relações sociais entre as classes. Os estereótipos sociais abrigam a “imagem da classe operária ou classe superior, capaz de orientar comportamentos, imagem

entre as classes sociais, eles são expressos em juízos de simpatia, hostilidade ou indiferença” e estes, assim como as ideologias, traduzem um conjunto de valores, como ‘proletário é sujo’, ‘negro é preguiçoso’, o que encontra abrigo para sua ocorrência em uma “sociedade cuja ideologia institucionalizada é construída sobre um sistema de valores que suporta a exploração social” (MATTELART; PICCINI; MATTELART, 1976, p. 32). Esses estereótipos são uma ressonância das relações sociais em um sistema de dominação e acabam por construir valores dentro de uma sociedade, ajudando a perpetuar e justificar situações de exploração e marginalização.

Esses pesquisadores apresentam, ainda, dois importantes conceitos, que é o de dependência material e dependência ideológica, os quais são criados para explicar a influência que advém dos modelos estrangeiros na imprensa liberal do Chile e, por extensão, na América Latina. A dependência material refere-se à aplicação de capital estrangeiro na mídia, que é indiretamente dependente deste na medida em que grupos nacionais que a financiam são ligados ao capital internacional. Já a dependência ideológica diz respeito aos modelos culturais, de ideias e de desenvolvimento para a sociedade nacional a partir do parâmetro dos países capitalistas industrializados e desenvolvidos, como se tal fosse essa a realidade da América Latina.

Desse modo, com base nesses autores, as ideologias são difundidas de acordo com os interesses de uma classe social e cumprem a função de defender esses interesses, atuando mediante legitimação da visão da classe dominante, tendo a mídia como um artefato na difusão dessas ideologias, que atuam produzindo e reproduzindo a formação social dependente. Um olhar para as ideias e valores difundidos em artigos de opinião e crônicas dos jornais acreanos do início de sua formação histórico-social e do presente, mostra-se como o caminho para desvendar a dinâmica sob a qual a vida cotidiana tem se construído no Acre contemporâneo. Nesse caminho, para abordar o tema do cotidiano, recorre-se às proposições de Henri Lefebvre com base em sua *A Crítica da Vida Cotidiana*.

Lefebvre (2014) defende uma sociologia do cotidiano que busca conhecer a vida, ou seja, o homem em sua práxis social, buscando entendê-lo em sua totalidade, em seu conjunto, no cotidiano que é o centro da práxis. Sabe-se que o caminho para a totalidade implica também entender o papel das ideologias e, assim: “rasgar o véu, o véu que está sempre nascendo e renascendo da vida cotidiana, e que mascara a vida, juntamente com suas implicações mais profundas ou mais elevadas” (LEFEBVRE, 2014, p. 58).

Faz-se, então, necessário desvendar as irrealidades – as ocultações, aparências, mistificações – no sentido de descobrir as realidades subjacentes. Para tanto, é preciso

observar o simples e o imediato do ser como uma relação social rica em significados. Logo, o que muitas vezes é desprezado como trivial, a exemplo de “uma paisagem sem flores e árvores magníficas”, na crítica da vida cotidiana adquire grande importância, é “comparada como um solo fértil”, onde a “terra em baixo tem uma vida secreta e uma riqueza própria” (LEFEBVRE, 2014, p. 78).

Desse modo, Lefebvre chama a atenção para os pequenos acontecimentos da vida cotidiana, tendo em vista a riqueza de representações e símbolos que podem ser revelados: “embora simples e sem mediação na aparência, a vida cotidiana revela na análise a presença de uma gama de representações eficazes, símbolos, regulamentos, controles, modelos e normas (ideologias e ‘superestruturas’) que intervêm mediando-a” (2014, p. 355). Com base nas ideias de Lefebvre, entende-se, então, que a visão do sociólogo deve estar atenta para as representações e símbolos produzidos no cotidiano; as relações sociais produzidas a partir do “material” e não ter meramente as coisas e objetos como pontos centrais na análise do social, negligenciando talvez o seu aspecto mais revelador e profundo, que é o universo imaterial, simbólico, sob o qual os indivíduos significam e ressignificar a vida em sociedade por meio da práxis.

Nesse movimento, conforme compreende-se a partir de Lefebvre, o cotidiano é histórico: “[...] o homem vai produzindo e reproduzindo o espaço social sob o molde de construções e representações que geram o seu próprio processo de formação social” (2014, p. 130-131). Assim, percebe-se que as ações humanas ao se produzirem a partir do movimento do capital, podem levar a uma reprodução danosa da vida social com a construção de uma práxis social que pode comprometer a própria vida. Logo, conhecer a vida cotidiana em sua concretude é uma ação necessária para um viver que não seja mero reprodutor de uma realidade alienada e alienante, mas sim que alcance a plenitude de uma vida que não seja meramente reprodutiva de práticas repetitivas. Para Lefebvre (2014, p. 328), “é no cotidiano em suas profundidades ambíguas que nascem possibilidades e o presente vive sua relação com o futuro”.

Assim, para o conhecimento da vida cotidiana, Lefebvre chama a atenção para o efêmero, os pequenos gestos, os eventos humildes como importantes acontecimentos imbuídos de significados para o entendimento da complexidade da vida sob a construção de bases materialistas. É importante observar o simples e o imediato do ser como uma relação social rica em interações, como a ação de “uma mulher comprar uma libra de açúcar”, exemplo evidenciado pelo autor:

Assim, os eventos mais simples – uma mulher comprar uma libra de açúcar, por exemplo – devem ser analisados. O conhecimento do evento vai proporcionar entender tudo o que está escondido nele. Para compreender este evento simples, não é suficiente apenas descrevê-lo; a investigação irá revelar um emaranhado de razões e causas, de essências e ‘esferas’: a vida da mulher, sua biografia, seu trabalho, sua família, sua classe, seu orçamento, seus hábitos alimentares, como ela usa o dinheiro, suas opiniões e ideias, o estado do mercado, etc. Finalmente vou ter entendido a soma total da sociedade capitalista, a nação e a história. E embora o que eu compreender se torna cada vez mais profundo, isso está contido desde o início em um caso pouco original. Então agora eu vejo que os eventos da vida cotidiana como tendo dois polos: um pouco, um indivíduo, evento acaso – e ao mesmo tempo um evento social infinitamente complexo, mais rico do que muitas ‘essências’ que ele contém dentro de si. O fenômeno social pode ser definido como a unidade desses dois lados. Resta explicar por que a complexidade infinita desses eventos está obscura e por que se parecem tão simplórios (LEFEBVRE, 2014, p.58).

Lefebvre mostra um modo concreto de interagir com o fenômeno social a fim de compreendê-lo. Ao destacar a forma que devemos observar um objeto, ou seja, em sua totalidade, este filósofo mostra a importância de não tomar como verdade realidades parciais, mas sim fazer um esforço para construção de um olhar que saiba perceber as conexões dessas relações e interações. Desse modo, a fim de conhecer a vida em sua totalidade, a sociologia concreta volta-se para todas as dimensões da vida cotidiana – “o trabalho, o lazer, a vida familiar e a vida privada” – buscando incorporar as relações e ações humanas, no sentido de compreender a sociedade, sua dinâmica e contradições. Nesse movimento, procura “extrair o que é vivo, novo, positivo”, ou seja, as possibilidades de realização da transformação “a partir dos elementos negativos: as alienações” (LEFEBVRE, 2014, p. 49).

Lefebvre propõe uma “crítica de homens e ações” (p. 112), isto é, uma crítica da vida cotidiana, em que as práticas sociais no cotidiano e as formas de sua construção são o arcabouço para entender a vida em toda a sua plenitude. A vida cotidiana em toda sua profundidade torna-se o oráculo para o entendimento da vida e, desse modo, a formação de uma consciência do homem que “depende de sua vida real, de sua vida cotidiana. O ‘significado’ de uma vida não pode ser encontrado em outra que não seja a própria vida” (LEFEBVRE, 2014, p. 114):

A crítica da vida cotidiana analisa a ‘vida’, como ela é, sem fazer uma entidade obscura dela, estuda os elementos negativos e positivos que se confrontam entre si, estuda os novos conflitos e as novas contradições no que é novo, sabendo que o novo é (mais ou menos) em todos os lugares... Assim, ela sabe que o novo homem deve resolver suas próprias contradições, a fim de desenvolver-se como homem (LEFEBVRE, 2014, p. 64).

A “sociedade do efêmero”, inaugurada com a modernidade, promoveu a inversão do humano como objeto e das coisas como entidades quase humanas e, assim, a contradição

entre o efêmero e o durável que permeia o cotidiano da vida social. A crítica da vida cotidiana procura, então, conhecer o cotidiano e, assim, desmitificá-lo para uma ação transformadora dessa vida.

Lefebvre (2014, p. 114-115) destaca que o método para uma crítica da vida cotidiana seria a confrontação entre pensamento e ação, procedimento já assinalado por Marx e Engels. Esse método, chamado de construtivo, pode partir tanto do pensamento, das ideias, da consciência para a ação, a realidade prática, quanto pode também fazer o movimento inverso. Na verdade, conforme demonstra o autor, essas duas direções são complementares. Assim, o filósofo demonstra o caminho para essa crítica:

Primeiro, procurar compreender e reconstituir a vida real desse período, e redescobrir como os homens que conduziram essa vida poderiam subscrever certas formas de consciência, ideologias, e encontrá-los válidos apesar de seu afastamento de suas vidas reais. O contraste entre as ideias e a vida, a relação complexa entre elas, implicará não apenas na crítica das ideias pela vida, mas também, e mais especificamente, a crítica da vida pelas ideias (LEFEBVRE, 2014, p. 115).

Percebe-se que investigar essa confrontação implica observar como as ideias se constroem na vida social, isto é, identificar o que está além da aparente realidade, como ideologias e mistificações que organizam essa realidade e a propagam como verdade, e de forma complementar, refletir sobre essa verdade diante da vida cotidiana.

Nesse sentido, para uma crítica da vida cotidiana, faz-se necessário entender como as alienações, incluindo as ideologias, se edificam e se tornam verdades, e assim ter a própria consciência da existência destas. Tais representações e símbolos vão se produzindo e reproduzindo na vida cotidiana e se mostram em diversos produtos humanos, como os mecanismos de funcionamento do capitalismo e as instituições, que são aparência, mas também realidade, dado que é uma construção do homem:

Produzindo-os, os homens estão trabalhando para criar o humano; eles pensam eles estão moldando um objeto, uma série de objetos – e é o próprio homem que estão criando. No entanto, essa aparência também é uma realidade: commodities, dinheiro, capital, o Estado, as instituições jurídicas, econômicas e políticas, as ideologias – funcionam como se eram realidades externas ao homem. Em certo sentido, são realidades, com suas próprias leis. E ainda, são produtos puramente humanos (LEFEBVRE, 2014, p.130).

Nas sociedades assumem lugar na construção de costumes, cultura, política, valores, modos de vida e relações sociais que se moldam tendo como arcabouço o capital, contribuindo para construção de formas de consciência e conhecimentos que têm como referência as premissas desse sistema econômico de divisão de classes.

Na vida social contemporânea, no campo da política, muitas vezes são identificadas, sobretudo, práticas que representam apenas o interesse da classe dominante, mas, sob uma pretensa ideologia da busca de um “bem comum”, se justificam e se perpetuam no poder representando o seu grupo. “No plano político, a burguesia compreende perfeitamente as massas e classes. Aqueles que efetivamente representam a burguesia são mantidos muito bem informados, graças à prática política dessa classe e ao maquiavelismo” (LEFEBVRE, 2014, p.119).

Nesse percurso, o homem vai produzindo e reproduzindo o espaço social sob o molde de construções e representações que geram o seu próprio processo de formação social, “o ser humano se desenvolve através deste ‘outro’ eu, meio-fato, meio-ficção, que se torna intimamente envolvido com o ‘mundo humano’ em seu processo de formação” (LEFEBVRE, 2014, p. 130-131).

As alienações que são produzidas e reproduzidas revelam ambiguidades que advêm da contraditória relação entre aparência e realidade e muito podem revelar sobre a vida social, de acordo com Lefebvre (2014, p. 115). Ele também mostra que a investigação dessa contradição implica superar uma consciência privada da verdade, o que passa pela superação de uma consciência alienada:

Aparência e realidade se entrelaçam. As aparências enxertam-se na realidade, englobando-a, substituindo-a. Para as pessoas que não conseguiram superar a alienação, as aparências sociais do mundo, as teorias e abstrações que expressam essas aparências, aparências – parece a única realidade. Assim, qualquer crítica à vida que não toma a noção distinta de alienação humana como ponto de partida será uma crítica não da vida, mas dessa pseudo-realidade (LEFEBVRE, 2014, p.130-131).

Para a descoberta das contradições, a análise deve “distinguir entre o ‘mundo humano’ real, por um lado, totalidade das obras humanas e sua ação recíproca sobre o homem, e, por outro lado, a irrealidade da alienação” (LEFEBVRE, 2014, p. 131). Esse processo implica realizar um movimento dialético, sob o método da dialética, de modo a buscar uma “unidade das contradições”, que seria negar a realidade aparente, ou seja, a “negação da negação”, em busca de olhar para a totalidade. Esta, contudo, não é uma realidade total, mas sim um meio de poder vislumbrar as realidades parciais, fragmentárias que são a base “desestruturante” para o entendimento da vida cotidiana (LEFEBVRE, 2014, p.319).

Nessa perspectiva, Lefebvre (2014, p. 322) submete “a categoria da totalidade à da negatividade ou da dialética da negação” e traz o ponto de vista de que o “princípio revolucionário é essencialmente crítico (negativo), e que hoje se aplica mais do que no

conhecimento em geral ou para a sociedade em geral” e defende como sendo esta a ação para “reintroduzir a ciência na práxis”.

Faz-se importante destacar aqui que os trabalhos de Lefebvre (2014) e Mattelart, Piccini e Mattelart (1976) e Mattelart (1978) compartilham a perspectiva de ideologias como representações que atuam legitimando os interesses da classe dominante e têm relação com o processo de produção e reprodução do espaço social, gerando uma formação social em que a vida cotidiana é moldada por ideologias construídas pelos dominadores.

2.1 SÍNTESE

Na sociedade atual, a vida social e as relações sociais estão ancoradas no modo de produção capitalista, sendo a mídia uma das atividades que fazem parte desse universo de fetiches. Como mais uma mercadoria desse sistema econômico, a mídia colabora para o fortalecimento deste e sua dominação social, usa seu poder informacional para produzir e reproduzir imagens na vida cotidiana, que sustentam grupos no poder e mascaram desigualdades e conflitos de classe, contribuindo para legitimar ideologias em prol de grupos hegemônicos.

O Acre nasce em função do interesse do capitalismo internacional e sua formação social obedecerá a essa circunstância. A organização da sociedade ancorada na economia extrativista da borracha voltada para atender aos interesses de países centrais implicará na dependência não só material, mas, sobretudo ideológica. Essa dinâmica se concretizará graças à atuação das elites da sociedade do látex e o papel dos jornais que, enquanto criação dessa nascente sociedade, vão carregar seus arquétipos e atuarão construindo um espaço social que corresponderá também à relação dependente.

Nesse caminho, as crônicas dos jornais do Acre, como uma prática cultural e social, por meio da linguagem espelham a dinâmica de organização dessa sociedade e ajudam a compreender a produção do cotidiano. Um olhar para os acontecimentos e minúcias da vida cotidiana por meio desses textos revelará as ideias e valores sob os quais se constrói a vida no Acre no início de sua formação histórico-social e permitirá descobrir os traços que marcam essa sociedade nesse período. No Acre contemporâneo chama a atenção a atuação da mídia como mediadora da produção de sentidos em prol de interesses de grupos políticos e econômicos na disputa pelo poder e o controle social. Ademais, essa evidência parece ter raízes em nosso passado colonial, de caráter dependente, o que sugere que esses traços são artefatos históricos da vida organizada dessa sociedade.

Logo, identificar os valores e ideias difundidos em artigos de opinião e crônicas dos jornais acreanos do início de sua formação histórico-social e do presente, permitirá identificar e compreender as práticas e relações sob as quais a vida cotidiana se constrói na contemporaneidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para revelar os valores e ideias em gêneros jornalísticos delimitados em crônicas e artigos de opinião do Acre contemporâneo e do início de sua formação histórico-social, foi realizada uma pesquisa preliminar em trabalhos acadêmicos, jornais e demais mídias locais para maior familiarização com o tema e definição dos objetivos gerais e específicos deste trabalho.

O objetivo geral consiste em identificar os valores e ideias difundidos em artigos de opinião e crônicas dos jornais acreanos do início de sua formação histórico-social e do presente. Para alcançar o objetivo geral foram traçados os seguintes objetivos específicos: analisar o cotidiano representado nas crônicas do passado, identificando traços que marcam a sociedade acreana nesse período; analisar o cotidiano representado em artigos de opinião e crônicas do presente, relacionando os dois grupos de textos; e interpretar a configuração da vida cotidiana no Acre contemporâneo no tocante à mídia e a formação social dependente.

Para a escolha do corpus de textos utilizados nesse trabalho foram estabelecidos os seguintes critérios: crônicas do período de formação histórico-social e artigos de opinião do Acre contemporâneo. No tocante aos textos do início da formação histórico-social do Acre, foram selecionados textos de 1912 a 1931, conforme a seguir:

Quadro 2 - Crônicas do período de formação histórico-social do Acre

CRÔNICA	DATA DE PUBLICAÇÃO	AUTOR	JORNAL	MUNICÍPIO
Cinema	23/09/1912	Zelinha	Correio do Acre	Xapuri
Riscados	30/03/1913	Zé do Barranco	Não consta	
A conflagração	13/08/1916	Farias Gama	Commercio do Acre	
Ainda queixas	17/12/1916	Farias Gama	Commercio do Acre	
O Xapury e seu progresso	11/06/1917	Baxir Chaul		
Juruá de Antanho	19/04/1925	Ricarêdo Góes	A Reforma	Tarauacá
De quando em vez	13/07/1930	Vergniaud	O Município	

De quando em vez	29/03/1931	Vergniaud	O Município	
------------------	------------	-----------	-------------	--

Fonte: elaborado pela autora

Quanto aos artigos de opinião e crônicas do Acre contemporâneo foram definidas para estudo as duas décadas em que esteve no governo estadual o grupo político da Frente Popular (1999-2018), sendo encontrados e selecionados textos no período de 2012 a 2018, conforme quadro abaixo:

Quadro 3 - Crônicas e Artigos do Acre Contemporâneo trabalhadas

TÍTULO DO ARTIGO/CRÔNICA	DATA DE PUBLICAÇÃO	AUTOR	JORNAL
Sonho do Chico, nossa realização!	18/11/2015	Paula Amanda	A Tribuna
O Acre é exemplo de desenvolvimento para o país	27/07/2015	José Fernandes do Rêgo	
Acre – O Voo da Águia	27/04/2016		
O Clima, suas políticas, nosso futuro	21/11/2017	Julie Messias	
Duplo desafio	02/02/2015	Narciso	O Rio Branco
Que bom!	04/05/2015		
Nota 10	23/11/2015		
Prometeram e cumpriram	24/12/2016		
A descoberta de tubarões nos rios acrianos	02/04/2012	Francisco Rodrigues Pedroza	AC 24 horas
Carta ao Governador	30/05/2012		
O Espelho da Rainha	29/08/2012		
A Festa na Selva	14/10/2012		
Lá em Florestanópolis tem!	21/05/2013		

Fonte: elaborado pela autora

Ressalta-se que para a análise foi utilizado o método progressivo-regressivo proposto por Lefebvre, que entendendo a importância do tempo histórico na análise sociológica promove um engate entre Sociologia e História a fim de compreender os processos sociais buscando identificar a historicidade que lhes é imanente. Esse método é constituído por três diferentes momentos que definem o movimento da análise:

O **momento descritivo** compreende justamente a descrição empírica do objeto no tempo presente, porém, é uma descrição ‘munida da experiência e de uma teoria geral’ (Ibidem, p. 173) que informa e orienta este processo. Evidentemente, o método de Lefebvre não pode ser puramente descritivo e empírico e por isso compõe-se de outros dois momentos que irão dar conta da ‘densidade histórica’ (Ibidem) dos objetos descritos. O **momento analítico-regressivo** refere-se à análise do que foi descrito, considerando o que há de histórico e datado no objeto, e configura, assim, um retorno ao tempo passado como forma de apreender os aspectos historicamente determinados na realidade descrita. Finalmente, o **momento histórico-genético** consiste no ‘estudo das modificações desta ou daquela estrutura previamente datada, causadas pelo desenvolvimento ulterior (interno ou externo) e por sua subordinação às estruturas do conjunto’ (Ibidem, p. 173). Este estudo ‘retorna ao presente’, agora alimentado das determinações sobre a gênese e o desenvolvimento do objeto, detectadas pela análise regressiva. (BEVEDER, 2014, p. 345, grifo nosso).

Lefebvre realiza um movimento que parte do presente, descrevendo as determinações e contradições da realidade estudada e regressa ao passado identificando a gênese que determina os processos sociais que essa realidade contém. Esse método fornece um caminho para a crítica das contradições da sociedade como produto de relações sociais históricas, porém entendidas a partir do modo como se mostram na contemporaneidade. Assim, esse movimento contribui para a desnaturalização e não ocultação de contradições historicamente determinadas no meio social e que se encontram veladas no cotidiano.

Dessa forma, Lefebvre “utiliza a história como uma ciência subordinada e auxiliar para o estudo do processo social em seu conjunto” (LEFEBVRE apud XAVIER, 2010, p. 13). Porém, salienta-se que não se trata da descrição linear de acontecimentos históricos, de um determinismo histórico, mas sim de um movimento dialético que procura compreender as diferentes temporalidades presentes em um mesmo objeto para a construção do conhecimento acerca da realidade.

Por fim, destaca-se que este trabalho não tem a intenção de realizar uma análise do discurso e sim um estudo que parte de um diálogo entre os artigos de opinião e crônicas dos jornais acreanos do início de sua formação histórico social e do presente, que ajude a compreender a vida cotidiana contemporânea no contexto do extrativismo e da dependência, a partir de um referencial teórico que embasa a construção de uma compreensão da realidade social do Acre.

4 AS CRÔNICAS DOS JORNAIS DO ACRE TERRITÓRIO E OS TRAÇOS QUE MARCAM O ESPAÇO ACREANO NO INÍCIO DE SUA FORMAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL

As crônicas de Xapuri e Tarauacá referente às três primeiras décadas do século XX revelam as ideias e valores sob os quais se constrói a vida cotidiana no Acre no início de sua formação histórico-social e permitem descobrir os traços que marcam essa sociedade nesse período. Esta época compreende o momento histórico do Acre Território e o primeiro ciclo da borracha em seu apogeu e declínio, evidenciando uma organização social construída sob as marcas do modo de produção imposto pela atividade extrativista da borracha, economia esta que é impulsionada e dinamizada pelos interesses do mercado mundial. Na lógica capitalista da sociedade do látex, destaca-se o papel dos jornais como difusores das ideias e valores da classe dominante detentora do poder econômico e político que têm nos periódicos o sustentáculo de seus interesses e causas.

As circunstâncias em que os serviços de imprensa surgem no Acre se assemelham às condições que imperaram em outras partes da Amazônia brasileira e, também, à própria forma como funcionou a imprensa nacional no Brasil colônia. Aos intelectuais foram-lhes dadas funções de “tradutores e intérpretes das ideias de um patronato” e, estes, frequentemente, tomaram a posição de porta-vozes do poder. Desse modo, “a cultura letrada e seus instrumentos de difusão estão historicamente atrelados à busca de autonomia econômica e política”, ancorada no domínio exercido pelas nações desenvolvidas e detentores do saber (MENDES, 2008, p. 18).

No Acre, a atividade de imprensa teve início no contexto da Revolução Acreana, nos primeiros anos do século XX, sob os interesses de grupos opostos que disputavam o poder econômico e político do local. Isso ocorre primeiro sob a justificativa de libertar o Acre da Bolívia com a ideia de revolução e, posteriormente, com a criação do Acre Território passou-se a defender a autonomia em relação ao governo federal. Os grupos eram compostos por “civis, militares, clérigos, leigos, artistas; por pessoas rudes e por intelectuais de várias profissões como engenheiros, médicos, advogados e professores” (MENDES, 2008, p. 18). Dentre eles, estavam os que escreviam nos jornais e, ainda, aqueles que os financiavam.

Os jornais estavam, então, sob forte influência dos grupos mandatários representados pelos seringalistas, comerciantes, militares e políticos. Segundo Assmar (2018, p. 21), “todos os escritos nesses primeiros anos foram impressos na gráfica da maçonaria, na qual também foram impressos outros jornais”, ressaltando que a maçonaria era constituída por membros

comerciantes. Desse modo, conforme destaca Mendes (2008, p. 23), “é de conhecimento histórico que a imprensa era porta-voz de dois grupos mandatários: os que representavam o poder aquisitivo do coronelismo da borracha e os que se firmavam no cenário político sob a chancela do governo brasileiro”.

Perante a esse contexto de produção dos jornais, há que se destacar que a circulação destes era bem restrita e se centrava nos assuntos de importância para esses grupos:

No Acre [...] dadas às circunstâncias de produção, circulação e patronato, esse instrumento de cultura de massa esteve, principalmente durante os dois grandes Ciclos da Borracha, a serviço e ao alcance de poucos leitores. Dentre eles, sobrepõem-se os seringalistas, os comerciantes (financiadores da imprensa) e os enviados pelo governo brasileiro: militares imbuídos da manutenção da ordem e, ao mesmo tempo, designados para funções administrativas e jurídicas. Das especificidades desse público leitor é que se pode atribuir à recorrência dos assuntos na pauta dos jornais dirigidos por e para cada grupo organizado em torno da “causa do Acre”, conforme os interesses de cada um deles (MENDES, 2008, p. 26).

Essa dinâmica da produção e circulação dos jornais sob a influência de grupos mandatários e escritores que faziam parte de um grupo de intelectuais oriundos de uma pequena parcela da sociedade que detinha o poder econômico e político na região, reflete-se na escrita da prosa jornalística:

A descoberta da riqueza dos jornais existentes, no início do século, e sua variada produção na forma de prosa mostraram traços da existência de uma sociedade atuante e culta, mas restrita, própria de um segmento social composto por intelectuais identificados em Xapuri como sendo pessoas designadas para exercerem cargos de juízes, promotores, delegados superintendentes, prefeitos e outros que ali aportavam em busca de riqueza. A prosa jornalística, portanto, embora com um significativo número de textos regionais, se omite quanto ao restante da população, principalmente a mais humilde, a do trabalhador ou extrativista/seringueiro/agricultor (ASSMAR, 2003, p. 35).

Para a classe dominante à época não interessava mostrar as contradições que envolviam o cotidiano dos trabalhadores extrativistas e dos nativos. Naquela organização social era essa classe que ditava as regras do jogo e, assim, o manjava conforme o que lhe fosse mais vantajoso e fazia isso, sobretudo por meio dos jornais. Mattelart, Piccini e Mattelart (1976) explicam que os meios de comunicação operam como suporte dos interesses da classe dominante que utiliza a mídia para justificar a sua dominação, incutindo suas ideias e valores como padrão. Assim, demonstram que essa classe, com seu poder econômico, influencia na produção da mídia e guarda ligações com o capitalismo global. A produção do cotidiano acreano era arquitetada pelos interesses dos grupos hegemônicos que, por sua vez,

estavam ligados ao capitalismo internacional: “a maioria deles, comerciantes, donos de casas aviadoras, banqueiros e seringalistas, promoviam a defesa de sua causa ancorada no capital internacional que movia a economia do extrativismo” (MENDES, 2006, p. 25).

Mattelart, Piccini e Mattelart (1976, p. 24) mostram que é importante identificar “o caminho que a classe dominante levanta – através do jornal ou da revista – a sua verdade e os seus interesses para o posto de verdade e interesses universais”. Logo, o foco da análise são os “mecanismos do sistema de valor social” da ideologia burguesa, entendidos a partir de uma escala maior dos processos da classe dominante. Nesse caminho, as crônicas dos jornais antigos do Acre mostram-se como um importante objeto de estudo para desvendar as ideias e valores sob os quais se constrói a vida e as relações sociais no início da formação histórico-social deste espaço.

As crônicas são um gênero híbrido que se situa entre o jornalismo e a literatura. Ao tratar de fatos do cotidiano transcende à mera notícia com a utilização de recursos literários. Nessas narrativas do cotidiano, muitas vezes o cronista se utiliza de personagens e uma linguagem em tom crítico, humorístico e irônico para tratar de algum fato do dia a dia. De modo geral, esse gênero retrata a vida social, política e os costumes de uma época. As crônicas se mostram, portanto, como um objeto que propicia estudar o cotidiano a partir de suas minúcias e de um modo mais interessante. Contudo, conforme as premissas de Lefebvre (2014), para o estudo crítico da vida cotidiana nosso olhar não deve se restringir à soma de pequenos atos do cotidiano, mas sim compreender os pequenos gestos e eventos humildes da vida cotidiana como acontecimentos carregados de significados e uma complexidade de relações sociais na construção da vida sob bases materiais. Logo, apresenta-se neste capítulo crônicas do período do início da formação histórico-social do Acre. Ao mesmo tempo em que se analisa o cotidiano desse período por meio desses textos, encaminha-se para uma reflexão acerca das ideias e valores difundidos e a quem representam.

As crônicas aqui estudadas são de jornais dos municípios de Xapuri e Tarauacá. A escolha se justifica pela importância dessas localidades no contexto da formação do Acre, bem como o achado de texto bem representativos dos traços dessa nascente sociedade. Xapuri foi o núcleo de organização do espaço acreano em fins do século XIX e início do século XX. Conhecida historicamente como Princesinha do Acre, a cidade foi palco da chamada Revolução Acreana⁴ e, à época, foi capital do Acre, após a anexação desse Território⁵ ao

⁴ A migração para o Acre gerou a disputa por essas terras, até então de direito da Bolívia, levando a um conflito armado em 1902 entre brasileiros e bolivianos, que ficou conhecido como “Revolução Acreana”.

Brasil. A incorporação deste espaço ao governo brasileiro, também levou à criação do município de Tarauacá, antigamente denominado “Vila Seabra”.

Nas crônicas de Xapuri e Tarauacá é recorrente a temática política. Os autores tratam, especialmente, da não autonomia político-administrativa do então Território do Acre. Na crônica *De quando em Vez*, de Vergniaud, publicada em 1930, no jornal *O Município*, o autor compara a cidade de Tarauacá, na época denominada Seabra, a uma mera feitoria do Governo Federal: “Seabra, como todo o território acreano, não passa de uma feitoria do governo central, cujo feitor é o governador nomeado” (VERGNIAUD, 1930, p. 2). A anexação do Acre ao Brasil retirou a região do domínio boliviano, porém na condição de “Território”, este espaço não possuía autonomia político-administrativa e tinha seus governantes nomeados pelo governo federal, o que muito desagravava aos grupos hegemônicos locais que tinham interesse no domínio do político do lugar. Dessa forma, essa crônica representa a tentativa desse grupo de mobilizar a opinião pública para a sua causa, criticando a postura do governo federal, representado, em nível local, pelos políticos nomeados.

Em outra crônica intitulada “A conflagração”, de Farias Gama, publicada em 1916 no jornal *Commercio do Acre*, embora seja evidente a disputa por terras como motivo de conflitos entre grupos divergentes no interior da classe detentora do poder econômico e político, fica clara a estratégia de utilização dos jornais como sustentáculo aos interesses econômicos e políticas das elites locais:

Apenas a matta⁶ imensa, verde, izocroma. Acode-me então ao pensamento o motivo de tantas rixas nesta vasta rejão - pela expansão territorial - onde o povoamento do solo é um mito. Juda bem, outra idea, uma verdadeira idea de chronista cujo fito único é divertir os leitores; vejamos se faço uma fantazia em que o Acre seja uma Europa conflagrada e o que é mais, anarquizada. Escutem. Foi meu propozito salientar a necessidade que temos da **união para nosso desenvolvimento**. Emquanto as questrunculas transformarem os porões – bazes primordiaes do nosso futuro – **em senhores preponderantes e irreconciliaveis, incapazes de um auxilio e outrem ou de serem auxiliados, nenhum movimento será estavel**. Sirva de exemplo o convenio realizado entre elles apezar das suas reaes vantagens permanece um trambolho, um projeto, na acepção ironica da palavra; entretanto medida alguma é necessaria como a sua realização, corrigindo a colocação vicioza e hereditaria dos seringueiros. E' dolorozo! **Emquanto nas capitaes** os diversos misteres se reuñem em **associações poderosas que se impõem no conceito publico e na administração governamental**, nós nos fragmentamos de uma forma que a maxima dividir para reinar, é aplicada sem que nos percebamos. Unidos, talvez seriamos escutados, dezunidos servimos de chacota e de joguetes. **Pela liberdade! Pelo progresso!** Unamos-nos, abandonando por uma vez estas **brigas canhadresca por pedaços de**

⁵ Diante dos conflitos pelas terras acreanas, o governo brasileiro intervém, e, em 1903, estabelece um acordo com a Bolívia, o chamado “Tratado de Petrópolis” por meio do qual o espaço acreano é anexado ao Brasil, porém como “Território do Acre”.

⁶ A grafia das citações das crônicas publicadas nos jornais foi preservada, não havendo qualquer alteração gráfica ou qualquer correção ou atualização.

terra que afinal nada valem nesta imensa solidão despovoada (GAMA, 1916, p. 2, grifo nosso)

O cronista representa a voz da elite da sociedade do látex conclamando a atenção e organização dessa classe em torno da causa autonomista, inclusive por meio de associações. Apesar de o movimento autonomista ser construído em torno da visão de algo buscado para o bem de todos, incluindo os seringueiros - a classe trabalhadora, a união “Pela liberdade! Pelo Progresso!” proclamada pelo autor corresponde mais a uma visão de crescimento econômico que somente leva em conta os interesses de uma minoria detentora dos meios de produção na sociedade do látex. Domínio este que não se restringia à riqueza produzida com a atividade extrativista da borracha, mas também à própria empresa midiática, representada pelos periódicos, que estavam a serviço dessas elites.

Já no que diz respeito à classe trabalhadora, constituída pelos seringueiros nordestinos, sequer faziam parte da cultura letrada, a maior parte eram analfabetos para aos quais cabia apenas o trabalho desumano e explorado. Conforme esclarece Mendes (2008, p. 41):

Nos anos iniciais, as razões que movimentavam a circulação das notícias eram alheias aos interesses dos mais pobres que, embora constituíssem a maior parte da população, não opinavam sobre as questões que lhes diziam respeito. Os trabalhadores do látex, em especial, entranhados no interior da floresta, pouco ou nada sabiam sobre as decisões tomadas nas sedes dos seringais e na capital da república, mesmo quando a questão em pauta lhes era de interesse imediato e ou tornavam-se de conhecimento público, via imprensa.

Dessa forma, ao contrário dos coronéis, o trabalhador extrativista e tampouco o indígena tinha a realidade social engajada na produção cultural dos jornais. Mas, buscando um olhar para desvendar as profundezas das imagens aparentemente triviais do cotidiano, conforme ensina Lefebvre (2014), busca-se aqui descobrir o véu que mascara a vida cotidiana na sociedade do látex. Nesse caminho, no tocante à análise das ideologias nos veículos de comunicação de massa, Mattelart, Piccini e Mattelart (1976, p. 31) explicam que a mídia pretende impor a “neutralidade social da tradição e da modernização” e, assim, a investigação da ideologia pode levar a desvendar “as contradições do sistema burguês em todos os níveis de produção social (econômico, político, legal, moral) e sua projeção sobre os indivíduos”.

Sob as influências europeias e seus moldes de vida econômica e cultural, as imagens do cotidiano nas crônicas do Acre início do século XX vão retratar um cenário urbano acreano como um espaço no qual se vive um suposto progresso e modernidade, advindos com a atividade extrativa da borracha. Na crônica *O Xapury e seu progresso*, de Chaul Baxir, publicada no jornal *Commercio do Acre*, em 1917, Xapuri é apresentada como uma cidade

“desenvolvida” contando com o serviço de jornais impressos e rádio, energia elétrica, hotéis e restaurantes, dentre outras “modernidades”:

Há uns 5 annos passados, o aspecto desta cidade era de uma pequena fazenda do sul do Brazil. Havia então na área urbana apenas seis cazas e 22 barracas com 150 habitantes cujo viver tinha mais apparencia com os indios das malocas, de que com o de uma população civilizadas, devido á falta quazi constante de todo conforto necessario á vida.

Sem agricultura, sem criação, sem medicos, sem medicamentos; faltas motivadas pela escassez das embarcações que aqui conseguiam chegar, após mil dificuldades, sacrificio e perigos: rio estreito, repleto e cercado por paus e troncos, até sobre as embarcações, que vinham subindo, as arvores atiravam seus monstrozos galhos, quebrando-lhes os mastros, obras mortas, etc.

Os comandantes que venciam taes combates, afim de chegar ao xapury, ponto final de suas viagens, ufanavam-se como se fossem valentes navegadores phenicos que atravessassem mare desconhecidos.

Parecia incrível a carestia dos viveres: 1 kilo de carne verde, 15 ou 20\$ 1 galinha 20\$, 1 de ovos 10\$.

Todos que aqui chegavam vinham deliberados, ou se demorar pouco tempo e somente a falta de recursos, os obrigava a permanecer.

E hoje?!

Cahiram os barrancos com as suas monstruozas arvores, que foram carregadas pelas grandes enchentes, tornando assim as passagens no Acre, mais francas, pois diminuiu bastante o numero dos paus e tocos que tanto dificultavam a navegação, ficando o Xapury, em vez de ponto final, o meio da viagem ao Alto Acre.

No Xapury actual, já se pode habitar gosando do conforto e comodidades que tornam a vida aprazivel e é indubitavelmente a cidade mais linda e confortavel das de todo o interior da Amazonia, habitada por trez mil almas calculadamente, em mais de 500 casas e casinhas, predios estes, modestamente construidos em bem traçadas ruas, illuminadas á luz eletrica, bonita praça publica e um lindo bosque no centro da cidade, tendo diversas fontes de água potável, 6 escolas, algumas noturnas, uma igreja matriz, duas lojas maçonicas, bom e vasto predio para **theatro e cinematographo, onde tambem funciona provisoriamente a camara do jury, muitas fabricas e oficinas a vapor, sendo duas de gelo e uma importante oficina tipographica onde é impresso esse conceituado jornal e outros periódicos.**

E quanto ao desenvolvimento de Xapury, parece incrível, pois conta 50 casas commerciaes, uma cidade fundada há pouco mais de uma duzia de annos.

Paginas de trez periodicos, não chegam para as encomendas, tal é o desenvolvimento intelectual e dedicação ás letras, do povo, principalmente da mocidade acreana.

Nos suburbios existem diversas olarias, uma importante fabrica de aguardente, vastos campos para a criação de gado vaccum e muar, muitos jardins e pomares, centenas de hortas de onde veem para o mercado; raras flores, abundantes e variadas fructas e verduras, que em poucos mercados do Brazil se encontram.

O mais importante e util á população, é a estação radio-telegraphica, que nos presta reaes serviços.

Os enfermos e convalescentes, já encontram no Xapury algum conforto e alivio aos seus incommodos, não só dos bons e valorosos medicos, como das bem montadas farmacias e drogarias. No seu fôro pleiteam notaveis advogados, porque a justiça tem dignos representantes e illustres interpretadores.

Os viajantes encontram bons hoteis e restaurantes.

O Xapury actual, pode ser equiparado a qualquer cidade do interior do Sul do Brazil e mantem o screptro da primazia no territorio do Acre Federal (BAXIR, 1917, grifo nosso).

O retrato de uma sociedade “moderna” e “civilizada” constrói-se, ainda, pela movimentada vida cultural da cidade xapuriense, que contava com teatro, cinema e a produção literária nos jornais como opções de lazer e entretenimento. O que chama a atenção nessa crônica é que a imagem do espaço urbano acreano como centro desenvolvido é contraposto ao modo de vida dos nativos, tido como atrasado. Isso fica evidente no momento em que o autor se refere à habitação de outrora dos xapurienses como um jeito de “viver” que mais se assemelhava aos “índios das malocas” do que a uma população “civilizada”.

Semelhante ideia de progresso e modernidade em contraposição ao modo de vida dos índios também é vista na representação do cotidiano urbano de Tarauacá. Em publicação de 1931, do jornal *O Município*, na crônica *De quando em vez*, de Vergniaud, é notório um sentimento de estranhamento daquela sociedade acerca do indígena. O cronista expressa os hábitos alimentares dos povos nativos como “selvagem” e, essa imagem, que simboliza o que seria o atraso, é contraposta ao suposto desenvolvimento de Tarauacá:

Quando entrei nesta zona, no anno em que se comia ensosso, o rio estava secco. Pernoitei no Alegrête, onde o morador me obsequiou com carne de paca e saborosa pirapitinga para o almoço.

Como era o tempo das vaccas gordas, trazia minha canôa suprida de um rancho batuta — bons vinhos, condimentos, etc.

A’ hora da “boia”, aportámos em Villa Martins, estando o proprietario, muito gordo, banhando-se na praia, num piunzal diabolico.

Saudamo-nos. Convidou-me para almoçar, e eu desculpei-me, mas não houve jeito; fui. Como na casa havia um gerente allemão e uma *caseira* ingleza, presumi que almoçaria bem, mesmo em mistura com geléas, doces, etc.

Fomos almoçar. Na mesa, dois talheres. Mau... Sentamo-nos; trouxeram uma grande tigella fumegando, com uma carne preta dentro, um prato com umas fatias de peixe, uma cuia com farinha d’agua e meia garrafa do rôxo.

— **Vamos a ella, disse o bojudo proprietario e, accrestou: Isto aqui é guariba e este prato é gijú...**

— **Não cômo macaco!**

— **Mas é guariba!**

— E’ da familia e eu não quero comer parente meu.

— Não creia nisso! Isto é uma petisqueira!

— Eu sou darwinista e digo como Buckner: “O homem não é mais do que um macaco aperfeiçoado.”

— Pois eu cômo desde guariba ao jacaré...

— Regala-se...

Fui ao peixe. Era intragavel: gijú!... Mastiguei uma rodella, e para engullir fui ao vinho! Fazia porco gritar de azêdo. Cruzei o talher.

— Só?

— Pudéra! Almocei *bem!*

Adiantei: Noto que este Alto Amazonas ainda está no estado primitivo!

— **Porque?**

— **Ora porque! Não vê que a alimentação é selvatica? Macaco, onça, capivara, jacaré, arabú, anta, pirarara, jacaré, tacacá e quanto mingau inventam?**

A Natureza fez o homem para alimentar-se de cereaes, hortaliças, ovos, productos laticínios, peixes e fructas. Prova-se isso com os nossos organs da mastigação que não são para rasgar carnes como os dos cães, gatos, etc.

Alimente-se destes productos e no fim de seis mezes, veja a differença da constituição.

— **Qual, Vergniaud! ha lá comida melhor do que uma ventrecha de pirarucú moquiado com farinha d’agua! Não ha presunto que se compare!**

— **Isso é uma brutalidade, coronel, comparar comida de civilizados com a de indios! Nesse caso não valia a pena desbravar estas mattas para introduzir nellas a Civilização!**

Eu doutrinei assim, porque estava mal humorado; deixar meu almoço fidalgo, para ingerir comida indigena!

Despedi-me e desci a escada “vendendo azeite ás canadas.” Cheguei á canôa e fiz como quem toma ipecaconha....

Disparei numa saraivada colerica!

[...]

Os tempos estão adiantados; Seabra já não é a Foz do Murú, como chamavam-n’á. E’ um centro de imprensa, telegrapho, luz electrica, pilheiro e já conta bohemios (VERGNIAUD, 1931, grifo nosso).

Essa cena mostra a visão etnocêntrica dos colonizadores e seu sentimento de superioridade em relação aos índios, tidos como excêntricos e não civilizados por não partilhar dos costumes que o colonizador tem como civilizados.

Em outra crônica intitulada *Juruá de Antanho*, de Ricarêdo Góes, publicado no jornal *A Reforma*, além da visão etnocêntrica em referência à vestimenta dos indígenas, percebe-se também a menção aos trajes do seringueiro de modo cômico e, em geral, os hábitos destes dois grupos são motivo de riso:

Veiu o seringueiro num domingo á missa com toda sua familia vestida de dril phantasia e elle envergando um pesado paletot de panno fino do tempo do Imperio, calsa branca, botinas de bico fino, (ainda não se falava em pé de anjo) exibindo um volumoso chapéo de sól, cabo de pé de veado que a esposa cobrira no sabbado, de “percale”.

Depois da missa, foi o votante visitar o tuchau da terra e contar a este a novidade da apparição, em sua barraca, de quase toda tribo de indios “canamaris”, tendo, escondido as meninas para não verem os homens nús.

Estava presente a narrativa que o **laborioso seringueiro** fizera dos indios um talento causidico que se achava de passagem pela villa em mysteres de sua profissão. Finda a historia com todos os detalhes do que fizeram os indios na casa de familia do seringueiro que tambem era pequeno agricultor, fez lhe o jovem advogado a seguinte pergunta: **os indios e as índias estavam completamente nús?** Ao que respondeu sem ambages, formalizado e respeitoso o sertanejo cearense – Não senhor doutor, **os homens traziam amarrado à cintura um tecido de palhas com que cobriam a idêa e as mulheres tambem traziam amarradas abaixo do umbigo, umas tangas com que coabriam a sciencia. E estas palavras toaram acompanhadas de um rizo brejeiro.**

Teria razão o velho seringueiro?...

(GÓES, 1925, grifo nosso)

Apesar da menção ao trabalhador extrativista como “laborioso seringueiro”, o seu modo de vestir é referido como atrasado “do tempo do Império”. Ademais, tem-se também aqui o sentimento de estranhamento em relação à cultura dos povos nativos. Mas não é só

uma questão de uma visão etnocêntrica sobre costumes, naquela sociedade simplesmente o indígena não tinha lugar, era visto como um empecilho às investidas de exploração econômica das terras acreanas/amazônicas e, portanto, não fazia parte daquele mundo moderno que o colonizador vislumbrava para a localidade. Aliás, o que fica evidente a partir crônicas apresentadas até aqui é um sentimento de superioridade em relação aos índios, além da visão de seus modos de vida como atrasados, há também outros valores imputados, como selvagem e não civilizados. No tocante aos seringueiros, nota-se, também, a tendência de uma visão preconceituosa no que diz respeito aos seus hábitos, como no caso dessa crônica.

De acordo com Matterlart, Piccini e Mattelart (1976), a ideologia da classe dominante constrói-se sob um conjunto de imagens estereotipadas que colaboram para justificar situações de exploração e marginalização. A ideia de progresso e modernidade que se construía no cotidiano da sociedade do látex por meio dos jornais carrega valores negativos no que se refere aos nativos e aos seringueiros, tidos como seres inferiores. Essa pretensa superioridade carregada de imagens e significados distorcidos sobre o outro é utilizada para justificar a dominação dos indígenas, inclusive para legitimar a violência sofrida por esses povos no processo de colonização do território acreano e, no caso dos seringueiros, isso acontece para justificar a exploração do seu trabalho e um cotidiano de privações.

Em outra crônica, intitulada *Riscados*, de Zé do Barranco, publicada em 1913 no jornal *O Acre*, o autor supervaloriza a figura dos coronéis mencionando-os como homens com “mãos de ferro”, mas ao mesmo tempo admiráveis, enquanto desbravadores das terras acreanas:

Os **primeiros habitantes** do Acre eram **homens de uma coragem e energia admiráveis**. Contando com exíguos elementos de victoria, atiravam-se aos rios inexplorados, á frente de um pugillo de homens que conseguiam assoldadar, e muitas vezes em companhia de dois ou tres camaradas, assentando as suas tendas nos logares que á primeira vista, lhes offereciam maior abundancia de seringa. Levantada a barraca, começavam a exploração da matta, a cata do leite ambicionado, por alli permanecendo, num meio completamente hostile, desde as febres que o perseguiam constantemente, **até aos ataques dos índios, que elles iam affastando a tiros de rifles**.

Outros vinham depois, engrossando as fileiras dos primeiros e prehenchendo os claros que se faziam assustadoramente, avançado por sua vez as cabeceiras.

E assim, dentro de pouco mais de um quarto de seculo, o Acre e seus tributarios estavam conquistados.

A desordem porem, era indiscriptivel. Direito só existia o do mais forte. O fraco, ou se submettia, ou então era esmagado, sem mais pelengas.

Os patrões eram uns senhores feudaes, com todos os seus defeitos e nenhuma das virtudes que distinguiam áquelles.

Verdadeiros brutamontes, sem Deus nem lei, mal sabendo assignar os nomes, destituídos do menor sentimento de justiça, só conheciam um impecilho á satisfação de seus appetites — a força.

Queriam borracha e esta havia de vir-lhes, fosse como fosse.

Quando empenhavam a palavra, faziam-no com o intuito premeditado de faltar ao seu cumprimento.

Na arte de enganar e serem enganados, eram exímios.

As pequenas embarcações não encostavam em seus seringais; passavam ao largo, quando não eram assaltadas. Os rios que não permitiam a navegação dos gaiolas, eram fechados, e desgraçado do regatão que se atrevesse nelles.

Por uma melancia muitas vezes, os filhos de Allah foram desta para as caldeiras de Pedro Botelho.

Alguns fingiam de generosos, deixando que um pobre diabo plantasse uma praia e erguesse uma miseravel barraca á beira do barranco

Si o desgraçado cahia na asneira de prosperar, estava perdido. O patrão queria o sítio, e cazo elle relutasse entragal-o, o menos que succedia era vêr a sua barraca queimada e elle posto para fóra em balsa, depois de levar umas pranchadas.

O maior prazer do patrão era ver um gaiola amarrado ao seu porto e poder dizer que fizera um pedido de cinco mil caixas de leite condensado, dez mil fardos de xarque, etc. etc.

Coroné ,enfiava no dedo um horrivel brilhante de um tamanho inesthetico e tratava de gozar a vida á seu modo.

Mas, um dia, esse estado de cousas mudou completamente. A Bolivia entendeu que o Acre lhe pertencia e, apoiada pelo governo do Brazil, meteu-se a dona da terra.

Começaram as rixas.

E menos de quatro annos depois, **os patrões se arvoraram em coroneis de verdade**, e por um triz não metteram o general Pando nas cordas.

Esses homens cujas consciencias dir-se-iam dominadas completamente pela ideia do ganho, guardavam ainda sentimentos nobres. Bateram-se com bravura. Muitos perderam os seus haveres e rarissimos foram os que trahiram a cauza da revolução (BARRANCO, 1913, grifo nosso).

Os coronéis são apresentados nas crônicas como os desbravadores do Acre, tidos como seus “primeiros habitantes”, sendo enaltecidos como seres corajosos e dignos de admiração que lutaram por essas terras na Revolução Acreana. Portanto, figuram como protagonistas desse acontecimento histórico. Lefebvre (2014, p. 108) chama a atenção para as intenções por trás da construção de “grandes cenas no palco da história”, enfatizando que as cenas históricas visam resultados específicos “cada palavra, cada gesto constitui um ato, e os atos devem ser entendidos de acordo com seu propósito, seus resultados, e não meramente em termos da pessoa falando e atuando, como se ele pudesse de alguma forma expressar ou ‘externalizar’ sua realidade e sinceridade”. Na crônica em questão, essa supervalorização da figura dos coronéis como ator importante da Revolução Acreana acontece após cerca de uma década, já que o acontecimento histórico foi em 1902 e a crônica é data de 1916. Então, qual a intenção que pode estar por trás de tal ato? Isso pode ser explicado pelo interesse dos coronéis na causa autonomista naquele contexto de escrita da crônica, o que justifica a criação de uma imagem positiva em torno desses mandatários.

Ainda acerca da representação dos coronéis na crônica *Riscados*, de Zé do Barranco, destaca-se que os mesmos são apresentados como os primeiros habitantes do Acre, porém, quando da colonização deste espaço, os povos indígenas já ocupavam essas terras, sendo estes

expulsos e muitas vezes até assassinados em decorrência de conflitos armados. Mas o genocídio indígena é figurado como um ato de bravura na “conquista” do Acre e o enfrentamento aos índios como umas das dificuldades sofridas pelos coronéis. Este fato é evidente quando o cronista apresenta como ato de bravura a ação de responder aos supostos ataques dos índios com “tiros de rifles”. No cotidiano representado pelo cronista, a violência sofrida pelos índios é ressignificada com a construção de sentidos em favor do coronel. A cena é construída por meio da inversão de papéis dos colonizadores e povos nativos, sendo estes tidos como “invasores”.

Lefebvre (2014, p.109) expõe que os seres humanos sempre se comportam como mistificadores e desempenham um papel precisamente ao exagerar sua própria importância, às vezes a atuação é bruta e às vezes é extremamente sutil. Na representação do espaço acreano daquela época, nota-se que índio não fazia parte do suposto desenvolvimento que se buscava implantar na Amazônia, o que revela uma tendência da construção de um cotidiano a partir de ideias e valores de uma classe dominante que aniquila o potencial social das classes subalternas. Inclui-se nestes grupos não apenas os indígenas, mas a classe trabalhadora representada principalmente por seringueiros que diante do modo de produção capitalista voltado ao extrativismo do látex são submetidos a um cotidiano de privações, de trabalho desumano e exploração e mecanismos de aprisionamento à dinâmica opressora da economia extrativista da borracha direcionada ao mercado mundial.

Ainda dentre as minúcias do cotidiano da sociedade do látex na crônica de Zé do Barranco, nota-se a menção à violência dos coronéis sobre os seringueiros que tentavam praticar a agricultura e a satisfação dos patrões na aquisição dos mantimentos, via mercado mundial, que seriam vendidos aos trabalhadores. Estes eram impedidos de produzir até alimentos para a sua subsistência, sua força de trabalho tinha que estar totalmente voltada para o fabrico da borracha a fim de garantir o lucro do seringalista, inclusive com a compra de mantimentos e produtos industrializados de países do centro capitalista, os quais eram intercambiados nos seringais em troca da borracha amazônica da nação brasileira periférica. Tal sistema de organização da economia extrativista da borracha era denominado aviamento e na formação econômica do Acre é a base do que Marini (2011) denomina de divisão internacional do trabalho, que define as nações entre aquelas que fornecem as matérias-primas e importam os produtos manufaturados e aquelas que se industrializam e exportam seus produtos. Ainda segundo Marini (2011), dessa relação advém a superexploração do trabalho nos países periféricos, que para dar conta da dinâmica dependente tem sua força produtiva explorada.

Na crônica de Zelinha, intitulada *Cinema*, publicada em 1912, no jornal *Correio do Acre*, o cronista faz referência ao seringueiro como um predestinado a trabalhar para apenas pagar dívidas não progredindo, comparando a situação deste homem ao “mito de sísifo” (retorna sempre para o mesmo lugar).

FITAS – ACABA-SE O ANNO – O QUE FIZEMOS? QUE FIZERAM? – AH!
ESTÁ A PRIMAVERA, PARECE OUTONO – A FESTA.

Setembro vai fugindo e com elle vão os nossos dias monotonos e angustiadamente compassados. Mais tres mezes e veremos terminado este anno.

Que fizemos durante todo este tempo passado? O que fizemos até agora?

E’ a pergunta que naturalmente surge a cada um de nós, quando comparamos os nossos projectos e programmas annuaes com o tempo decorrido.

A resposta intima, por certo, algumas vezes será bem dolorosa.

Uns, com tristeza dirão: «esforcei-me, appliquei toda a minha actividade, se nada fiz resta-me pouco a fazer. E’ um anno perdido.»

Outros, indifferentes, fatalmente arrastados pela corrente da vida, sem ideal e sem vontade dirão: nada fiz nem farei, estou com o organismo combalido pela doença ... que naufrague esta velha carcaça, já deu o que tinha de dar.

Muitos, pitorescamente aboletados sobre balças, descendo lentamente o rio, como heroes de pouco vulgar envergadura, irão construindo os seus projectos de felicidade sobre a borracha e em torno della ou fazendo novos planos para o anno vindouro.

Debaixo de um sol ardente, ou dentro da noite humida, elles, os caminhantes da *estrada que anda*, irão ouvindo a orchestra soturna das mattas que bordam as margens do rio, seguindo com santa resignação e paciencia o meandroso curso do rio, acompanhando a corrente mesmo nas voltas em que a direcção da marcha percorre todo o quadrante, tornando quasi uma curva fechada.

O seringueiro, presentemente, já terá dado um balanço na producção, no fábriico, como elles dizem, e se tem saldo, e se este saldo é sufficiente para um passeio á Manãos ou Pará, continuará o trabalho contente, para augmental-o, com mais actividade nestes ultimos dias que lhe restam, vindo depois para a cidade ou para os barracões, alegre e satisfeito, esperar a descida de um navio que o levará, aguas abaixo, á um d’aquellas cidades, onde gastará prodigamente as suas economias, voltando de novo, logo que tudo esteja acabado, ao seringal.

Neste particular o seringueiro é uma especie de Sisypho.

Mas, se por acaso não tem saldo, nem por isto fica triste, resigna-se e como um predestinado, appella para outro fabrico. Mesmo assim não deixará de vir á cidade ou ao povoamento mais perto tomar um pouco de alento.

Devemos perguntar tambem o que fizeram para nós e por todos nós, que aqui vivemos tão affastado do coração de nossa patria, tão longe de suas dores e alegrias que só nos chegam como écho, como o luar mortiço ao horizonte, produzido pelo relampago de uma tempestade que se desencadeia muito longe...

O que farão por todos nós que aqui vivemos num esforço ingente e continuo, abdicando ou por isso ou por aquillo, das qualidades herdadas de nossos antepassados, auxiliando assim criminosamente a seção do meio que, em um novo organismo, como somos, tende a nos tornar differentes de nossos ancestrais, a formar um todo aparte do povo brasileiro.

Já cumprimos o nosso tempo de serviço activo á mais perigosa de todas as autonomias — a autonomia individual absoluta de uma collectividade.

Precisamos de reforma.

Setembro está a findar. Ahi vem a primavera. Deviamos ter muitas flores, muitas, pois que todas as tardes, infalivelmente, nestes ultimos dias abrazadores, soffre a terra uma irrigação.

Começa a crescer, logo pela manhã e acceleradamente o calor, vai augmentando e a tal ponto que nos sentimos enervados, como que um bandido, dispondo de fortes e invisiveis manoplas, opprime-nos a garganta, embota-nos o espirito e arranca-nos,

inexoravelmente do coração toda a alegria de viver. Quando já estávamos quasi desanimados, mal humorados, irascíveis, uma pontinha de esperança aparece em nosso espirito.

O ceu, que até então se achava transparente, começa a cobrir-se de nuvens negras; não sabemos de que quadrante sopra um vento desorientado e tepido, levantando grandes nuvens de pó. Ribomba ao longe o trovão ameaçando tempestade. Fecha o tempo. A chuva cahe parecendo tudo alagar. Mas ah! decepção, tudo isto dura apenas uns cinco minutos.

Depressa passa e de novo recrudede o calor augmentado, como diz o povo, pelo bafo da terra mal molhada.

Foi a primavera que fez a irrigação costumeira. E ella ahi vem, a primavera do Acre. Será honrada com uma festa popular que porá agua no bico do pobre 7 de Setembro.

Sim, é preciso um pouco de poesia na vida que levamos presentemente
(ZELINHA, 1912, grifo nosso).

O seringueiro em seu trabalho alienado vivia naquele cotidiano com seu potencial social engessado pela necessidade de trabalhar para sobreviver e, mais, vender sua mão de obra ao seringalista, reduzindo sua força de trabalho à banalidade de uma mercadoria. Viviam, assim, a desumanização do seu trabalho, a qual Lefebvre (2014, p. 138) define como alienação: “o homem arrancado de si mesmo, da natureza, da sua própria natureza, da sua consciência, arrastado e desumanizado pelos seus próprios produtos sociais”. O trabalho do seringueiro é imposto sobre ele pelos donos dos meios de produção, o valor do seu trabalho é apropriado, o lucro do seringalista se confirma e o pouco que resta aos trabalhadores, quando sobra após a compra de suprimentos para sobreviver, é gasto para ir às cidades próximas em busca de uma diversão passageira. Passado esse instante de alento, retorna às suas casas nas colocações distantes e para os mesmos percursos em um trabalho miserável que se limita a produzir para o enriquecimento dos seringalistas. A esperança de um novo ano apresentado pela cronista seria a salvação para aqueles dias monótonos e a fuga daquele cotidiano repetido e controlado pelo autoritarismo dos coronéis e o trabalho alienado.

O seringueiro não era apenas refém das dívidas com o barracão no seringal devido aos altos preços cobrados em mantimentos e ferramentas de trabalho, mas também era submetido à apropriação do valor do seu trabalho, vendendo a borracha aos seringalistas a preços bem inferiores ao que de fato era produzido. Embora a exploração do seringueiro e sua participação naquela atividade produtiva fossem bem mais evidentes e gigantes, a crônica revela através do silenciamento da participação desses atores sociais, um estreitamento à defesa dos interesses do seringalista.

Mas o trabalho explorado do seringueiro era apenas uma das faces da empresa extrativista da borracha, ancorada nos interesses de países imperialistas. Naquela sociedade, todos os atores sociais, inclusive os seringalistas estavam submetidos à dependência do

mercado internacional que se apropriava da riqueza da Amazônia e do trabalho humano existentes nesse espaço. Se o seringalista era refém das comissões ditas como exorbitantes cobradas pelos atravessadores da borracha, pior ele fazia com o seringueiro – trabalhador responsável pela coleta de látex e transformação dessa matéria-prima em pélas de borracha. A acumulação capitalista, a busca infundável pelo lucro e a disputa de interesses para definir quem lucrava mais, sufocava a organização social do espaço acreano naquele período. Expõe-se aqui a rede de relações de acumulação de capital construídas em torno daquele modo de produção corrente. As casas aviadoras lucravam na comercialização com o seringalista, que lucrava em detrimento do trabalho do seringueiro, e todos estes atores sociais eram submetidos à dependência do mercado internacional que se apropriava da riqueza da Amazônia e do trabalho humano existentes naquele espaço. Essa dependência tornou-se evidente quando o mercado exterior deixou de consumir a borracha dos seringais amazônicos, em virtude da produção organizada do mesmo produto na Malásia⁷ que passou a rende-lhe mais lucro.

A crônica *Ainda Queixas*, de Farias Gama, publicada em 1916, no jornal *Commercio do Acre*, apresenta a seca e a crise econômica vivenciada em Xapury quando o mercado internacional perdeu interesse nos seringais acreanos:

Tudo parado-Crize e mais crize, falta d'agua, falta de genero, falta de assunto; decididamente tambem falta de senso na gerencia do mundo.

Parece que o Sr. Padre Eterno a força de ser monotono lembrou-se de em prejuizo nosso tornar-se original. E agora?... Nos bons tempos das aguas e do dinheiro, ... governo que nos desgovernam ... para proveito proprio ao menos, constroem uma linha ferrea ligando ao paiz esta inditoza rejão.

Pra que? Aqui chovia a cantaros, chovia sempre; a natureza não cansa, não varia; embalados em sonhos de indolencia e animo sofismavam em vez de ajirem.

E agora?... Subitamente sem provisões, sem dinheiro sem meios de transportes, dezencadeia-se um verão irmão-gemeo da seca, com todos as característicos desta, vento frio, ceu azul, sól brumozo pela manhã, e o comercio que é roubado, que é espoliado em seus direitos e em seus capitais, vê-se obrigado a fechar, para remover a sucapa uns restos da ração bolorenta que é o supremo escarneo de uma natureza uberrima subitamente rebelada e de um governo, no ultimo ridiculo apresentando ao mundo uma face rizonha de embaixadas principescas, embora para isto, o povo, a vermina, a gentalha, morra de fome nos sertões, morra de oprobrio nas cidades (GAMA, 1916, grifo nosso).

⁷ Destaca-se que a partir de 1913 inicia-se um processo de decadência da economia de borracha na Amazônia e o Acre, em decorrência da produção de látex na Malásia, que ultrapassa a do Brasil, dando início à primeira crise da borracha. No caso do Acre a situação ficou mais insustentável ainda devido ao fato de que apesar de ter se tornado Território do Acre em 1903, a direção político-administrativa do lugar era realizada por prefeitos e governadores nomeados pelo governo central, o que desagradava principalmente a classe econômica detentora da economia da borracha na época, e assim passou-se a reivindicar a autonomia do Território, o que ocorreu somente mais tarde, em 1962, quando o Acre foi elevado à categoria de Estado.

Sob a lógica capitalista, em que a acumulação prevalece, o próprio seringalista capitalista, tornou-se refém. O mesmo sistema que lhe levou ao enriquecimento também foi o caminho de sua falência e decadência. A crise econômica instalou-se no Acre naquele período, seringais foram vendidos, trabalhadores esquecidos e homens foram entregues à própria sorte. Na sociedade do látex, instalava-se um cenário dramático da alienação humana.

Em síntese, o estudo crítico da vida cotidiana no Acre Território por meio das crônicas evidencia um cotidiano urbano com a predominância de assuntos relacionados à classe mais abastada e a defesa dos interesses dessa classe, notadamente a ideia de Revolução Acreana e autonomia política, construídas sob um discurso de mistificação da região e seus heróis, com a propaganda de coronéis e políticos. As crônicas demonstram também uma noção de desenvolvimento a partir da ideia de progresso e modernidade e que nesse suposto crescimento econômico não havia lugar para as classes subalternas – os seringueiros e indígenas -, tidas como seres inferiores naquela sociedade. Com relação aos povos nativos coube a violência e o genocídio indígena na apropriação do território acreano e ao seringueiro restou o trabalho desumano e explorado.

Na disputa pelo domínio econômico e político da região, as elites da sociedade do látex difundem suas ideias e valores no cotidiano e atuam legitimando os seus interesses de classe. O domínio desses grupos não se circunscreve à propriedade da empresa extrativista, mas também aos jornais, que colaboram para a manutenção da hegemonia dessa classe. E toda essa lógica é dinamizada em função de uma economia voltada para o capitalismo internacional que se apropria dos recursos naturais e da força produtiva da região. Essa conjuntura revela as marcas da dependência material e ideológica construindo os traços de um desenvolvimento e uma mídia dependente no início da formação histórico-social do Acre.

No próximo capítulo, realiza-se um diálogo entre as crônicas do Acre do passado e do “presente”, a fim de entender o papel dos valores e ideias na produção do espaço acreano no contexto do extrativismo e da dependência, de modo a compreender a vida cotidiana contemporânea nessa formação social.

5 OS ARTIGOS E CRÔNICAS DO ACRE CONTEMPORÂNEO: UM DIÁLOGO ENTRE OS TEXTOS DO PRESENTE E AS CRÔNICAS DO PASSADO

As representações do cotidiano nos artigos atuais selecionados evidenciam tendências que revelam as facetas da vida cotidiana no Acre contemporâneo no período de 20 anos do governo da Frente Popular. O artigo de opinião, gênero jornalístico mais opinativo e argumentativo, é caracterizado pela defesa de um ponto de vista sobre um determinado assunto do cotidiano sob o qual o autor constrói seu embasamento. Nos artigos de temática local dos jornais acreanos no período referido, chama a atenção a predominância da difusão de ideias favoráveis às administrações do governo da Frente Popular. Essa tendência é vista na maior parte dos artigos disponíveis em sites de jornais tradicionalmente conhecidos, como os periódicos *A Tribuna* e *O Rio Branco*, dos quais se originam os textos aqui apresentados.

Os artigos tratam das ações governamentais do estado, destacando as práticas do que seria o desenvolvimento sustentável e a economia verde no Acre e as políticas públicas implementadas, a exemplo do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA) e o Manejo Florestal Comunitário (MFS). São também recorrentes textos que trazem posicionamentos em defesa do governador Tião Viana e de outros políticos da Frente Popular, bem como enaltecem as ações governamentais.

No artigo *O Acre é exemplo de desenvolvimento para o país*, de José Fernandes do Rêgo, a fala do Ministro de Assuntos Estratégicos é utilizada para a construção da imagem do Acre como modelo de “estratégia de desenvolvimento”, que supostamente alcançou o “grande salto para o desenvolvimento com sustentabilidade” e, assim, deve ser tomado como exemplo a ser seguido no Brasil:

Para um passo à frente no seu desenvolvimento, o Brasil precisa definir uma estratégia de longo prazo, a grande estratégia de que fala Carlos Matus. Este é o caminho apontado pelo ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger.

[...]

Segundo Mangabeira Unger, a via para o Brasil retomar, a passos largos, o desenvolvimento está dada. É preciso caminhar e ter a iniciativa competente da operação. A trajetória deve ser guiada pela prática do experimentalismo. O ministro aponta o **Acre** como **modelo**, exemplo de como promover um passo à frente no desenvolvimento do país.

De fato, o Acre é o único Estado brasileiro que definiu, no longo prazo, olhando para além dos caminhos já percorridos, a grande estratégia. Em especial, optou pela trajetória que qualquer governo no Brasil deve buscar: o **desenvolvimento econômico, acompanhado da conservação dos recursos naturais, de inclusão social e preservação da cultura e identidade da população**.

[...]

O ministro Mangabeira Unger diz com propriedade que não há um dogma, algo certo e indiscutível, para pensar e implementar uma estratégia.

O Acre é a ilustração dessa afirmação. A sua **estratégia de desenvolvimento sustentável foi fruto de lutas corajosas, da força política, da legitimação ideológica e do prolongado debate das populações tradicionais e suas lideranças.** A **estratégia de desenvolvimento sustentável do Acre**, desse ponto de vista, é resultado do mais **ousado experimentalismo**: um desafio técnico-econômico, ambiental, social, político e cultural. No Acre, um tipo específico de experimentalismo dá origem à estratégia de desenvolvimento.

O **grande salto para o desenvolvimento com sustentabilidade**, por meio do avanço e diversificação da produção, aumento da **produtividade, com inclusão social e proteção ambiental**, foi resultado das condições criadas no passado, da reunião de aportes tecnológicos, daqui e de fora do país, da **dinâmica e competência na gestão pública do governo Tião Viana** e da **capacidade empreendedora da iniciativa privada.**

De fato, a **estratégia de desenvolvimento do Acre**, proposta há mais de 16 anos, **um reflexo da luta dos povos tradicionais do Acre pela preservação da sua cultura, do seu modo de vida, dos seus costumes e pela defesa da floresta como fonte de meios de vida e moradia habitual, teve no governo Tião Viana um redesenho e um refinamento.**

[...]

Um desafio renitente da sustentabilidade do desenvolvimento foi sempre elevar a escala de produção sem exclusão social. Em geral os grandes projetos agropecuários, na Amazônia, tendem a aumentar a concentração de renda. Um **avanço importante do governo Tião Viana no processo de desenvolvimento sustentável** foi justamente criar oportunidades de participação dos trabalhadores rurais, frequentemente pequenos produtores familiares, nos grandes projetos agroindustriais por meio de **cooperativas e associações de produtores familiares.**

[...]

Referindo-se aos projetos estruturantes do governo Tião Viana, o ministro conclui: **‘Esse experimentalismo acreano é necessário para todo o país. É isso que eu quero para o Brasil: a generalização e o aprofundamento do experimentalismo para construir uma estratégia de desenvolvimento capacitadora e produtivista. Aí o Brasil fica de pé e vai para frente’.**

[...]

A avaliação que faz do salto do desenvolvimento econômico e da educação no Acre é verdadeira e profética. Segundo Mangabeira Unger, os feitos do Acre são um **exemplo para o desenvolvimento do Brasil. Só posturas políticas obtusas ignoram essa realidade** (RÊGO, 2015, grifo nosso).

Para sustentar o seu ponto de vista e apresentar o Acre como modelo de desenvolvimento, além da reiteração da fala do Ministro ao longo de todo o texto, o autor destaca o que seria o caminho para tal pioneirismo. Segundo ele, o estado do Acre promovia um modelo de desenvolvimento que conciliaria crescimento econômico com meio ambiente e inclusão social, incluindo a preservação da cultura e identidade acreana. A ideologia do desenvolvimento sustentável se confirma no cotidiano e fora dele, pois “ao mesmo tempo em que o interpreta, o acrescenta e o transpõe” (LEFEBVRE, 2014, p. 84). Logo, essa ideologia se dissolve aos elementos do cotidiano acreano se infiltrando como parte da aparente realidade, facilitando assim sua aceitação e legitimação. O que chamavam de “desenvolvimento sustentável”, identificado no texto como um modelo que advém das lutas

dos povos tradicionais na busca pela preservação de seus modos de vida e da floresta, teria se aprimorado na administração estadual do governador Tião Viana, fato que seria o motivo para o “grande salto de desenvolvimento com sustentabilidade”. O autor conclui que, diante do que seriam todas estas evidências, só não veria o avanço do Acre aqueles que se valessem de “posturas políticas obtusas”, declaração que revela a sua tentativa em contrapor críticas ao governo no âmbito político.

Frente a isso, Lefebvre (2014, p. 352) defende que “os meios de comunicação moldam o gosto e o juízo nas nuvens. Instruem e condicionam. Com sua saturação de imagens, assuntos atuais e ‘notícias’ desprovidas de algo novo”. Já Matterlart, Piccini e Mattelart (1976) explicam que os meios de comunicação operam como suporte dos interesses da classe dominante que utiliza a mídia para justificar a sua dominação, inculcando suas ideias e valores como padrão. Na concepção de Mattelart, Piccini e Mattelart (1976), as ideologias são difundidas de acordo com os interesses de uma classe social e cumprem a função de defender esses interesses. Percebe-se que esses teóricos compartilham o argumento de que os meios de comunicação, uma vez aliados, auxiliam na proliferação da alienação de maneira constante e diária, sendo a mídia um instrumento utilizado como meio reprodutor dessa configuração instaurada em torno da disseminação de ideologias.

Nesse caminho, a mídia com seu potencial ideológico tem sua função na dinâmica da vida cotidiana, inclusive em termos ideológicos como aparelho de Estado. Lefebvre (2014, p. 339) explica que “no nível do Estado, das estratégias e da sociedade como um todo, as funções são confiadas a ‘aparelhos’ que atuam por meio de representações: ideologias” e estas são “redirecionadas para o cotidiano, compreendendo-o em todo o seu abandono, e integrando-o”. Os artigos publicados nos jornais acreanos estudados nesta pesquisa indicam a relação entre Estado e mídia. Tais periódicos são utilizadas como estratégia política para a promoção da imagem da administração governamental e políticos ligados ao governo. Além da correlação entre mídia que recebe financiamento do estado por meio da prestação de serviços de publicidade institucional e jornais que publicam artigos favoráveis ao governo, a autoria dos textos também corrobora para essa indicação. Em sua maioria, os artigos são escritos por pessoas que exercem funções no governo em diversos cargos, como assessores especiais, secretários de estado e diretores, além de políticos, como senadores e deputados ligados ao partido do governo. Há também jornalistas que, mesmo não estando ligados diretamente à administração, mantêm seus posicionamentos favoráveis ao governo e seus gestores, formando uma rede de formadores de opinião que produzem e reproduzem a pseudorealidade acreana. Ressalta-se, também, que os autores de artigos que possuem cargos

no governo, abordam temas que correspondem às suas áreas e campos de atuação, como se cada um tivesse encarregado de fazer a defesa de suas atividades, estabelecendo assim uma rede de difusão de informações governamentais nos jornais que além de promover a administração, também rebatem as críticas que lhe são direcionadas. Essa produção midiática, que funciona como estratégia política das administrações petistas no Acre, sob o véu do desenvolvimento sustentável e da economia verde, mascara um cotidiano marcado pela exploração da natureza e de suas gentes, em prol dos interesses das elites locais e do capitalismo internacional.

As ideias e valores que nortearam todo o projeto desenvolvimentista do governo da Frente Popular, especialmente com o governo de Tião Viana, são expostos no artigo de autoria de José Fernandes do Rêgo, *Acre – O Voo da Águia*, no qual o autor, ao divulgar a publicação de seu livro que tem o mesmo título do presente artigo, expõe:

O momento é de **valorização dos princípios e feitos do nosso vigoroso passado, de afirmação do presente e de negação**, pela luta corajosa, do **conservadorismo e do retrocesso**. Nunca se impôs tanto a necessidade de **reafirmarmos a nossa história e confiarmos no nosso futuro**.

Temos a obrigação de fazer registros históricos das profundas mudanças que o **Acre experimentou e dos grandiosos avanços vividos no presente** e sobretudo insistirmos nos nossos sonhos, em que pese as turbulências políticas suscitadas pelos profetas do atraso.

O Acre resiste e segue seu caminho, sempre para frente, como os altaneiros e corajosos atores da revolução acreana.

[...]

Um grupo de companheiros, sob o **comando do governador Tião Viana**, profundos conhecedores do **tema Mudanças Climáticas**, estiveram na **COP 21**, em Paris.

No evento, **o Acre foi reconhecido e destacado como o estado brasileiro que mais avançou na trajetória de desenvolvimento sustentável. Foi ressaltado pela sua estratégia de evitar o desmatamento e avançar no desenvolvimento.**

Na ocasião, no chamado **Acre Day**, com a presença de **ONGs de vários continentes, alguns governadores da Amazônia, e outras instituições públicas e privadas**, foi lançado o livro **ACRE – O VOO DA ÁGUIA**.

O livro, de minha autoria, teve a qualificada e honrosa colaboração do governador Tião Viana e Gilberto Braga, ambos membros da Academia Acreana de Letras. A contribuição, pela qualidade do seu conteúdo, foi transformada no primeiro capítulo do livro, como abordagem importante e indispensável da contextualização.

A **COP 21**, pelo **reconhecimento internacional do Acre** na formulação do paradigma e na experiência de **desenvolvimento sustentável**, foi uma oportunidade de **avaliação dos seus efetivos resultados**. Um momento apropriado para **apresentar o Acre e as características inovadoras do seu desenvolvimento**.

Mas a finalidade do lançamento do livro no Acre tem motivações especiais. Além da **difusão do conhecimento sobre a matéria analisada**, são pontos relevantes a discussão dos **caminhos do desenvolvimento sustentável**, os **avanços** que tivemos e o **grande salto do governo Tião Viana no desenvolvimento da estratégia e dos resultados do primeiro mandato (2011-2014)**.

O livro trata do desenvolvimento sustentável e da evolução do Acre no contexto e no enfrentamento dos desafios do mundo contemporâneo. É sobretudo uma discussão sobre aspectos fundamentais da sustentabilidade.

[...]

Propõe o modelo de resolução de problemas através do método de planejamento estratégico situacional e acompanhamento dos resultados. Demonstra o acerto da adesão ao planejamento público. Define a estratégia do desenvolvimento sustentável do Acre. **Traz uma discussão sobre a relação crescimento econômico e sustentabilidade e mostra o dilema criado. Mostra como o Acre superou o chamado dilema dos extremos.**

[...]

Coloca em pauta o conceito e a história do desenvolvimento sustentável num determinado espaço da Amazônia – o Acre – onde acontece uma **experiência de mais de 16 anos. O texto espelha a força de um projeto e de um povo quando o desenvolvimento é uma expressão de sua cultura e identidade.**

Creio que não haveria melhor oportunidade de lançar ideias, modelos novos e soluções para antigas controvérsias do desenvolvimento sustentável. O livro mostra um retrato vivo do Acre, dos seus problemas, dos seus desafios, do seu pensar, das suas soluções, dos seus avanços e da construção do seu desenvolvimento.

Para compreensão e entendimento das questões expostas é necessário falar brevemente de fatos e mudanças que aconteceram no Acre nos últimos 16 anos. É preciso salientar que a ameaça dos processos de produção predatórios, frente aos fundamentos do desenvolvimento sustentável e a resistência do movimento dos seringueiros e trabalhadores rurais, levaram o Acre a pensar um novo modelo de desenvolvimento que produzisse riqueza, distribuição de renda, justiça social, protegesse e conservasse os recursos naturais, a identidade, a cultura e o modo de vida das populações tradicionais.

Com os instrumentos do novo modelo, em dezesseis anos, os governos do Acre, comprometidos com o desenvolvimento sustentável, **romperam com velhos e viciados paradigmas nas esferas do Estado e da sociedade.** Estabeleceram sadios hábitos e normas de governar, fincaram os marcos humanistas e ambientais do progresso social.

Na segunda metade do século XXI, a partir de 2011, era **evidente a necessidade de um salto no desenvolvimento econômico**, para elevar a produção, o emprego e a renda. Especialmente a elevação do nível tecnológico da economia para promover o desenvolvimento com alta produtividade e rentabilidade.

Era preciso dar um ousado passo à frente. **A elevação da produtividade na agricultura e pecuária em áreas abertas permitem a ampliação da produção sem desmatamento. Era chegada a hora de fazer desenvolvimento econômico como vetor do desenvolvimento sustentável.** Este esforço e caminho precisam vir acompanhados por programas efetivos de desenvolvimento social, de oportunidades de inclusão produtiva, de educação, de saúde, de segurança e de inovação tecnológica em todos os setores da vida social. **Feito o salto, abriram-se os horizontes de um novo Acre.**

Estamos vivendo um momento de importância maior no esforço e processo de desenvolvimento do Acre. Uma etapa marcante de realização dos sonhos, de afirmação, de ascensão e alcance dos objetivos de **emancipação econômica e social do povo do Acre.**

Rompemos a barreira do subdesenvolvimento e superamos os dilemas crescimento econômico ou sustentabilidade; aculturação moderna ou tradição; e progresso desigual ou atraso. Estamos no caminho do desenvolvimento sustentável sem falsos dilemas.

A sustentabilidade ocorre, principalmente, em quatro domínios: econômico, social, político e cultural. O Governo Tião Viana e a sociedade civil assumiram o caminho do desenvolvimento sustentável sem tergiversação, sem rodeios evasivos. Nessa direção caminharam as instituições e os poderes do Estado. **Foram de especial relevância a esteira e o legado deixados pelos sucessivos governos da FPA.**

[...]

Com a intensificação da produção rural, quando a produtividade e a rentabilidade aumentam nas áreas abertas, a produção cresce verticalmente, evita o desmatamento e permite a sustentabilidade. Essa lógica supõe a presença do Estado. **Não é uma solução do livre desenvolvimento do mercado para evitar a exaustão dos**

recursos naturais via substituição dos recursos naturais pelo capital no conjunto da economia.

[...]

No Acre o urbano é floresta. Floresta não é tão somente natureza, mas **sobretudo cultura: valores, saberes, hábitos, costumes, crenças, fazeres e artes, originados em populações tradicionais que habitam um certo espaço.** A floresta vem primeiro, mas a cultura dissemina-se em todos os territórios e torna-se sobredeterminante. Na medida em que a população urbana reveste-se de **traços da cultura dos povos florestais, constituem-se em povos florestais e ganham identidade florestal.** Está na cultura a determinação de um certo território.

[...].

A marcha para o desenvolvimento sustentável no Acre é irreversível. Não apenas no domínio econômico, mas na dimensão política, social e cultural. Somente a articulação e desenvolvimento harmônico desses quatro domínios tornam possível o desenvolvimento sustentável.

[...]

Finalmente, mostra que o desenvolvimento sustentável não é apenas um sonho, mas algo concreto que pode ser realizado quando se tem um estudo rigoroso da situação do território, uma proposta para sua gestão, uma estratégia correta, uma correlação de forças sociais favoráveis, vontade política e competência na ação. Esta é a trajetória percorrida pelo Acre. São caminhos, que superaram os obstáculos e levaram o estado à posição, **mundialmente reconhecida, de primeiro e destacado protagonista do desenvolvimento sustentável na Amazônia e no Brasil** (RÊGO, 2016, grifo nosso).

José Fernandes do Rêgo é economista e foi assessor especial do governo do Acre. A partir da exposição acerca seu livro, o autor difunde a ideia de “desenvolvimento sustentável” e respectivo “salto do desenvolvimento” no Acre que, segundo ele, seria resultado de um legado dos governos da Frente Popular, impulsionado a partir de 2011 com o governo de Tião Viana. José Fernandes do Rêgo é um dos idealizadores do projeto de desenvolvimento sustentável do Acre e, tendo acompanhado a trajetória do que seria a implantação desse modelo no estado, mostra-se como pessoa de autoridade para avaliação desse processo. Para significar o momento de suposto êxito pelo qual passava o Acre, o autor constrói todo um arcabouço semântico, com a recorrência a signos, como “salto”, “marcha”, “avanço”, “mudança”, “inovação”, “novo Acre”. Destaca-se aqui a expressão “voo da águia” que, simbolizando a superação de limites e avanço, é uma metáfora que o autor constrói para difundir a ideia de um governo que ultrapassou obstáculos e, por isso, avançou e alcançou posição de destaque com o que seria o seu protagonismo na implementação do desenvolvimento com sustentabilidade. É com essa imagem que o Acre se apresentou, principalmente na última década, nas Conferências Mundiais sobre o Clima, como ocorre na ocasião da COP 21, realizada em 2015, em Paris.

O artigo em questão traz, também, importantes aspectos por meio dos quais é possível identificar como ocorre a construção da ideia de desenvolvimento sustentável no Acre. Há a identificação dos feitos do presente a acontecimentos da história do lugar, o que ocorre

quando o autor compara a suposta superação e avanço do governo no presente ao que seria o passado glorioso de lutas dos protagonistas da Revolução Acreana. Essa estratégia midiática do governo da Frente Popular lembra a atuação da mídia dependente no início de formação histórico-social do Acre, a qual fazia a defesa da causa autonomista sob a construção da imagem dos coronéis como figuras importantes da Revolução Acreana. Fato este que mostra a construção de um cotidiano no passado e no presente sob o foco das classes dominantes que constroem mitos para legitimar seus interesses e causas. Conforme Mattelart (1978, p. 18), “o mito esgota os fenômenos sociais de sua realidade e justifica o sistema; isto purifica o sistema. De certo modo, priva os fenômenos de seu sentido histórico e os integra na ‘natureza das coisas’. O mito domestica a realidade, transforma-a em uma pseudorealidade”. A menção ao acontecimento histórico da Revolução Acreana nos artigos atuais é utilizada para construir a imagem dos atuais coronéis como protagonistas da história no Acre contemporâneo.

Ainda com relação a esse artigo, nota-se que a ideia de desenvolvimento sustentável é também construída sob uma suposta supervalorização de grupos historicamente excluídos, como os indígenas e seringueiros. A cultura e identidade desses povos são mencionadas como base do desenvolvimento implantando pelo governo local, além, é claro, da preservação da natureza. O governo baseia-se, sobretudo na ideia de conciliação entre economia e meio ambiente, advindas de discursos sobre desenvolvimento sustentável e, ainda, economia verde, gerados no âmbito internacional. Em nível local, essas ideias fomentam, porém, práticas que destoam da realidade dos povos tradicionais, interferindo em seus modos de vida, a exemplo do manejo florestal sustentável e do sistema de pagamento por serviços ambientais no estado. Assim, renovam e aprofundam os interesses do capitalismo internacional na região.

Mas a fim de legitimar suas práticas, o governo constrói muitos artifícios midiáticos, inclusive se utiliza da imagem do sindicalista Chico Mendes e dos movimentos de trabalhadores rurais, como se pode observar em outro artigo intitulado “*Sonho de Chico, nossa realização*”, de Paula Amanda:

Quando Chico Mendes se levantou contra a política agropecuária que tomava o Acre na década de 70, talvez ele não tenha imaginado que estaria deixando para as gerações futuras uma herança que daria visibilidade internacional para a Amazônia. Ah, se a gente pudesse te agradecer, Chico... Sua luta e o empenho de tantos outros extrativistas fizeram de nós, acreanos, pioneiros na conservação de florestas.

Em 1990, dois anos após sua morte, foi criada a Reserva Extrativista Chico Mendes garantindo aos seringueiros a posse da terra e a possibilidade de continuar exercendo as atividades tradicionais.

Mas, ainda assim, esses guerreiros teriam que lutar contra o preconceito e as dificuldades de um governo que valorizava a criação de gado e, para isso, o desmate

da nossa floresta. Foi, quando em 1999, entrava em ação um plano de governo estadual que mudaria a realidade das populações tradicionais.

A Lei Chico Mendes, uma das primeiras providências do então governador, Jorge Viana, foi um importante passo para tirar os seringueiros da marginalidade e trazê-los para uma realidade digna e merecida, fazendo valer seus direitos de cidadão, a sua florestania. Aqui, já estávamos vivendo uma experiência de pagamento por serviços ambientais.

Primeira missão cumprida. Mas, a partir daí, o que fazer para garantir que além desses extrativistas, todo o povo da floresta pudesse ter mais dignidade? Veio então o Zoneamento-Ecológico Econômico (ZEE), um verdadeiro ponto de partida para a criação e a implementação de políticas públicas que dariam qualidade vida aos acreanos. Com o ZEE, nasceu a Política de Valorização do Ativo Ambiental e a certeza de que nossa economia seria verde. A partir daí todos os esforços seriam realizados para que o desmatamento fosse contido, a floresta fosse usada de maneira sustentável e gerasse renda aos habitantes dela, e que áreas já desmatadas fossem aproveitadas com práticas sustentáveis.

Enquanto isso, o mundo tentava encontrar uma alternativa para conter as mudanças climáticas, o aumento de emissões de gases de efeito estufa, prevendo que o futuro poderia ser um colapso ambiental. Em 2003, na Conferência das Partes (COP 9), em Milão, na Itália, foi apresentada a proposta “Redução compensada de emissões”, oriunda da proposta de REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação).

Mas, nós, aqui no Acre, já dávamos à floresta o melhor tratamento possível, sabendo que assim estávamos contribuindo para o estoque de carbono e mitigação das mudanças climáticas na Amazônia, lugar para onde todos os olhares do mundo se voltaram. Nesse período, intensificavam-se muitas discussões de valorização de uma produção florestal mais diversificada e sempre sustentável. Avançamos!

Em 2010, **com a criação do Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais (Sisa)**, veio o **REM (Redd for Early Movers – Redd para pioneiros na conservação de florestas)**. O que é isso? É um prêmio! Ganhamos esse prêmio! Atualmente temos 87% do nosso território coberto por florestas, e em franca produção de borracha, castanha, açaí e outros modelos de Sistemas Agroflorestais (SAF), além da criação de pequenos animais e do **manejo florestal madeireiro**, graças à história que vivemos no passado, a parceria com o banco alemão KfW e às políticas de governo. Com o **Sisa, REM**, além de valorizar os produtos florestais, conseguimos o reconhecimento do serviço prestado pelas populações indígenas, a quem devemos o DNA que carregamos e quem tanto resguardou e protegeu nosso maior patrimônio natural.

Os outros 13%, de áreas abertas são reaproveitados com atividades que têm feito a diferença na vida dos pequenos produtores: a piscicultura, por exemplo.

Que injusto seria se a gente não pudesse compartilhar tudo isso com o mundo, não é mesmo? Se você se pergunta “o que o Acre vai mostrar na COP21?” – eis uma resposta possível: temos uma floresta habitada, conservada e produtiva.

Antes de morrer, Chico Mendes disse: “Temos que viver da floresta e com a floresta”. Sonho dele, realidade nossa! Vamos nos apropriar desse momento, de discussão sobre as questões do clima, pois parte do que o mundo quer, o Acre já faz!

Resex Chico Mendes – A Reserva Extrativista Chico Mendes foi criada em março de 1990, por meio do decreto nº 99.144, mas esse processo teve início muito antes. Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, que, liderados por Chico Mendes, já se opunham ao modelo de desenvolvimento implantado pelo governo federal, elaboraram a proposta durante o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985. Um modelo que modificava o padrão de conservação.

Até então, a floresta só estava protegida se não tivesse presença humana. Os seringueiros do Acre queriam mostrar que era possível proteger a floresta e usá-la de maneira sustentável (AMANDA, 2015, grifo nosso).

Embora a proposta atuante seja uma distorção da proposta inicial defendida pelos movimentos de luta liderados por Chico Mendes, o uso dessa figura pública é utilizada

frequentemente pela mídia acreana. De modo geral, sua imagem é sempre ligada à causa de defesa dos trabalhadores rurais e do meio ambiente, e incessantemente retomada, a fim de trazer à tona a legitimação da ideologia do desenvolvimento sustentável. A imagem de Chico Mendes é utilizada, inclusive, para justificar a inserção do Acre no cenário internacional no que tange a políticas de mitigação do clima. Para o governo era necessário construir uma imagem favorável do Acre para que pudesse angariar recursos para o estado.

No artigo *O Clima, suas políticas, nosso futuro*, de Julie Messias, vê-se um painel da inserção do Acre no âmbito internacional no que se refere às políticas de mitigação dos efeitos do aquecimento global:

No período de 6 a 17 deste mês de novembro, o **tema** que chamou a atenção do mundo por meio de grandes líderes mundiais foi o **clima**, e tudo o que, segundo especialistas, **ocasiona o aquecimento da temperatura do planeta**.

Não são problemas enfrentados apenas por alguns países ou determinadas regiões, mas sim por todos. Os efeitos desse aquecimento já podem ser sentidos. O mundo tem vivenciado as consequências enfrentando cheias, secas, frios, todos extremos e muitas vezes em períodos atípicos.

Esses eventos impactam, além do meio de vida das pessoas, os sistemas de produção, e é aí que vem uma parte significativa do problema. A cada dia a população fica mais numerosa e requer mais alimentos e insumos para sua sobrevivência. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), já somos mais de 7 bilhões de habitantes no mundo.

A **Conferência do Clima das Nações Unidas (COP)** ocorre anualmente e busca soluções para esses problemas, em uma escala mundial traz um **chamado para que os todos os países se comprometam com medidas estabelecidas em um documento, que vem passando por adaptações a cada ano, em busca de atingir efetivamente ações de redução dos impactos da mudança do clima**.

195 países assinaram o Acordo de Paris, documento resultado da **COP 21**, realizada em **2015**, na **França**. O acordo prevê US\$ 100 bilhões por ano para projetos de adaptação aos efeitos do aquecimento a partir de 2020. Um esforço conjunto para limitar o aumento médio da temperatura da terra a 1,5°C até 2100.

A **COP21** é vista como **marco mundial** graças à integração dos Estados Unidos e China, grandes poluidores que, na época, se comprometeram com o Acordo de Paris – compromisso que esbarrou no retrocesso representado pela saída dos Estados Unidos, anunciada em junho deste ano.

[...]

Mas a decisão dos EUA não é unânime. A **Califórnia**, que integra o conjunto de estados da nação norte americana, e é a 5º maior potência econômica do mundo, mantém sua postura, juntamente com outros governos estaduais, prefeitos, líderes empresários e universidades representando **6,2 trilhões de dólares**. Uma integração de forças que anuncia “continuar no jogo”.

A Conferência deste ano, **COP23**, realizada na **Alemanha**, trouxe uma mensagem de emergência. Especialistas afirmam que não podemos mais aumentar a temperatura do planeta, ou os efeitos serão em grande escala e irreversíveis. Esse aumento é reflexo das emissões provenientes do lixo que é produzido, da forma de produção dos insumos consumidos, dos meios de transporte e muitos outros.

Individualmente, cada ser humano é responsável por uma contribuição diária para esse caos que pode mudar o cenário dos dias de hoje. O que fazer, então? Pequenas medidas podem ser adotadas, como evitar o desperdício de água, de alimentos, fazer uso de transporte coletivo e outras. Essas são mensagens massificadas, mas que continuam surtindo pouco efeito.

Floresta: problema ou solução?

O mundo já está quase um grau Celsius mais quente do que era antes do período industrial. O que pode até não parecer muito, mas pode trazer consequências devastadoras. É necessário limitar esse aumento a um máximo de dois graus em relação ao nível de 1990, conforme advertem os cientistas, e que é considerado nível base nas negociações internacionais sobre o clima.

A floresta, considerada fonte de riqueza por seus recursos naturais, pode ser vista também como um problema? Em relação às mudanças climáticas, ela é muito importante por estocar o carbono. Por meio da fotossíntese, elas absorvem o carbono da atmosfera e liberam o oxigênio. Em contrapartida, o desmatamento, as queimadas e o uso indevido do solo são uma grande fonte de poluição e uma ameaça ao clima, fator que inclui o Brasil na lista dos maiores emissores de GEE do mundo. **Ainda assim, manter a floresta em pé é garantir a absorção do que poderia ir para atmosfera, pois o seu papel ajuda ainda a manter o ciclo das chuvas de algumas regiões do Brasil, regula o clima do planeta e também contribui para a manutenção das espécies de plantas e animais (biodiversidade). Além dos povos e comunidades tradicionais que vivem e sobrevivem dela.**

Políticas pelo Clima

No sentido de buscar soluções para o que se anuncia, especialistas, técnicos de governos, representantes de organizações não governamentais e outros reúnem conhecimentos para criação, adaptação e implementação de políticas que ocasionam essa redução, ou que pelo menos venha a frear o aumento da temperatura.

O Brasil se comprometeu, até 2030, em reduzir em 43% suas emissões de carbono. Dois estados pertencentes à Amazônia, Acre e Mato Grosso, pactuaram em zerar o desmatamento ilegal até 2020.

Na contramão, o presidente do Brasil, Michel Temer, enviou este ano ao Congresso Medida Provisória – a MP 795/2017 – que reduz os tributos das empresas envolvidas nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, o que lhe rendeu o vergonhoso prêmio “Fóssil do Dia”, na COP23.

Nessa corrida emergencial, **algumas medidas estão sendo tomadas em escala estadual, com governos de vários países do mundo atuando de forma independente das suas jurisdições federais.** Um exemplo é a Força tarefa dos Governadores pelo Clima e Florestas (GCF- sigla em inglês para Governors’ Climate and Forests Task Force), estabelecida formalmente em 2009, inicialmente pelo **governo da Califórnia, e aderida pelo estado do Acre, membro fundador e focalizador de energias para agregar os demais estados brasileiros pertencentes à Amazônia Legal.** Hoje, todos membros.

São 38 estados de 10 países que se unem para **traçar ações conjuntas de desenvolvimento sustentável, a partir da captação de recursos para a efetiva implementação destas,** bem como para corroborar com conhecimentos e capacidades técnicas por meio do intercâmbio entre os integrantes, tornando viável o cumprimento das metas estabelecidas pelo grupo e de forma individual inseridas no contexto do clima.

Um exemplo a ser seguido

O estado do Acre, situado no extremo oeste do Brasil vem buscando crescer economicamente preservando suas florestas e gerando maior bem estar a sua população. Esse é o grande desafio, conciliar atividade humana e conservação da floresta e de todo seu ecossistema.

Como resultado, comemora a redução de 66% da sua taxa de desmatamento no período de 12 anos (dados do Inpe), ao passo que o seu Produto Interno Bruto (PIB) aumentou nos últimos 20 anos um percentual de 400%.

A partir de **políticas de incentivo aos serviços ambientais,** o Acre vem captando recursos de REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) e aplicando-os no desenvolvimento de atividades como a da proteína animal de baixo carbono nas áreas abertas, que somam apenas 13% do seu território, alternativa para evitar o avanço sobre os 87% de floresta nativa, onde também é investido recurso para o fomento de atividades tradicionais.

[...]

Os povos indígenas, sua cultura e meios tradicionais de proteção das florestas e produção de consumo também estão sendo beneficiados. Já foram investidos pelo governo do Acre cerca de 45 milhões de reais.

Em **2012, na Rio+20**, o Acre assinou um **contrato de doação com o Banco KfW da Alemanha, para ser implementado por meio do seu Programa Global REM (REDD Early Movers – pioneiros na conservação), de cerca de 25 milhões de Euros, valor referente as duas fases do projeto.**

Recentemente, na COP23, assinou **mais dois contratos**, um no valor de **10 milhões de euros**, com o Ministério Federal Alemão para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ) e o outro, no valor de **20 milhões de euros**, com o Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial do governo do Reino Unido (BEIS), ambos **via Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW), totalizando mais de 115 milhões de reais.**

Além desse aporte do programa REM, o estado também tem outras fontes de doação e investimentos como a do Fundo Amazônia.

Tais incentivos reforçam o que vem sendo proposto pelos estados subnacionais sobre a **importância da captação de recursos para apoio na implementação de suas políticas rumo à transição para a economia verde** (MESSIAS, 2017, grifo nosso).

A problemática do aquecimento global é apresentada como tema que preocupa o mundo, sendo este um motivo de busca de soluções no âmbito das Conferências das Nações Unidas para o Clima, a exemplo da COP 21, realizada em 2015, em Paris, e da COP 23, que ocorreu em 2017, na Alemanha. Também é mencionada a criação de políticas para o clima no âmbito internacional, bem como ações de países e organismos internacionais para respostas a questões climáticas, com a destinação de recursos para governos que atuem para colaborar para a diminuição do aquecimento global.

O Acre tem aderido a políticas de incentivo aos serviços ambientais, captando recursos de REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal). O governo assinou contratos com instituições internacionais e recebeu financiamentos para a implementação dessa política. Ademais, no âmbito das conferências sobre o clima, o gestor acreano participava de um grupo de governadores denominado “Força tarefa dos Governadores pelo Clima e Florestas (GCF)”, por meio do qual decidia os rumos do Acre em nível internacional e ainda colocava o estado como líder e fomentador dessas políticas internacionais na região amazônica. Esse mecanismo acaba fortalecendo uma política implementada a partir de financiamentos recebidos de organismos internacionais, a partir de diretrizes de outros países, fato que encontra um cenário favorável diante da inércia e apatia do estado brasileiro para com a região amazônica.

Em síntese, o manejo florestal e o sistema de pagamento por serviços ambientais destacados aqui como exemplos das práticas do desenvolvimento sustentável e da economia verde, na verdade atendem aos interesses das grandes empresas madeireiras que lucram com o comércio dessa matéria-prima e das indústrias de países desenvolvidos que, ao invés de

efetivamente buscarem reduzir a poluição, compram créditos de carbono da floresta amazônica e, assim, ganham o “direito” de continuarem a poluir, agora respaldadas pelo selo de eticamente sustentáveis. O fato é que as práticas do desenvolvimento sustentável e da economia verde são promovidas a partir de uma rede de relações estabelecidas entre organismos nacionais e internacionais, que através de um projeto sustentando pela suposta conciliação dos aspectos econômicos, sociais e ambientais reforçam a mercantilização da natureza e a exploração de suas gentes no Acre contemporâneo.

Nos artigos constata-se, ainda, o culto à personalidade com exaltação da imagem de governantes e do partido do grupo político que estava no poder. Muitas vezes, na leitura dos textos, parece-nos estar diante de uma mídia oficial do governo ou, ainda, que parece tratar-se de verdadeiras propagandas políticas. A referência à gestão governamental é frequente nos textos e, em muitos casos, é citado o próprio governador.

No artigo *Que bom*, o governador Tião Viana é mencionado como um gestor que se preocupa com a geração de emprego e renda e, assim, fomenta essa ação.

Que bom!

O governador Tião Viana tem dado especial atenção à geração de emprego e renda.

A economia acreana viveu, e por um tempo bastante elástico, predominantemente, dependente da chamada economia do contracheque, e também, das transferências decorrentes dos programas sociais, notadamente, aqueles patrocinados pelo governo federal. Éramos sim, uma economia tipicamente chapa branca, diga-se passagem, um modelo absolutamente inviável.

Como a economia do contracheque já estava emitindo claros sinais de fadiga, se nada fosse feito, certamente, a nossa sociedade iria mergulhar na pior de todas as desgraças sociais, ou seja, na mais impiedosa onda de desemprego.

Todavia, antes que a tal desgraça se estabelecesse e passasse a produzir seus naturais e desastrosos resultados, **o governador Tião Viana não só apostou como passou a incentivar a iniciativa privada**, e dentro das possibilidades legais, passou a oferecer todas as vantagens aos empresários que topassem o desafio de empreender do nosso Estado.

Desta feita, se ainda não podemos assegurar que, em sua saga, **o governador Tião Viana já pode se considerar um vitorioso, alguns dos seus projetos apontam nesta direção, e de forma bastante afirmativa**, afinal de contas, milhares de famílias acreanas, presentemente, já estão vivendo, e muitíssimas satisfeitas, em algumas das atividades produtivas derivadas do seu governo.

[...]

Quem verdadeiramente se preocupa com as próximas gerações, os governantes, particularmente, não podem incentivar o emprego público enquanto gerador de empregos e rendas, enfim, os Estados que assim procederam produziram os piores resultados.

Exemplos de tais projetos, e em abundância, todos já em fase de produção, nas cidades do Vale do Rio Acre (MENDES, 2015, grifo nosso).

A projeção da gestão do governador por meio da construção de sentidos em torno do tema geração de emprego e renda tenta desviar o foco de críticas à administração sobre tal

problemática no cotidiano acreano. Ainda hoje, o Acre é um estado muito dependente dos repasses federais e as principais fontes de renda são o funcionalismo público e o Bolsa Família, o que na prática contraria o próspero desenvolvimento propagandeado pelo governo. Constata-se, portanto, que os próprios argumentos apresentados pelo autor tentam desconstruir essa crítica referindo-se a essas questões como se fosse algo que aconteceu no passado, mas que foram sanadas com o governo da Frente Popular.

Além da referência à administração governamental, há também menção às ações municipais e o prefeito, como no artigo *Nota 10*, em que o fato de ter sido concedido um prêmio à gestão municipal é destacado para projetar sua administração e, ainda, lançá-lo, à época, a uma eventual reeleição ao cargo:

A CGU - Controladoria Geral da União deu ao prefeito Marcus Alexandre um baita presente

Na travessia de um período politicamente acirrado e em que os gestores públicos, quase que invariavelmente, são taxados de desonestos, e não raro, de ladrões, quando não, de não darem a devida e necessária transparência aos gastos dos recursos públicos, eis que vem a **CGU - Controladoria Geral da União e atribuiu à Prefeitura de Rio Branco, ou mais precisamente, à gestão Marcus Alexandre, nota 10.**

Se para o prefeito Marcus Alexandre a referida avaliação foi um presentão e tanto, “coisa de pai para filho”, notadamente, num ano fiscal absolutamente adverso, seja para ele ou para qualquer um dos prefeitos dos nossos 5.570 municípios, por certo, os habitantes de nossa capital também se sentirão igualmente presenteados, afinal de contas, outro não poderia ser o nosso comportamento.

Embora não se tenha notícia de uma única ação da lavra do prefeito Marcus Alexandre que tenha motivado qualquer suspeição, nem mesmo a título de exploração política, ao obter a nota máxima numa avaliação feita a uma instituição da importância e credibilidade como vem ser a CGU, sem dúvidas, só veio confirmar o zelo do nosso alcaide, quando trata da coisa pública.

Se a nota 10, em si mesma, já seria o bastante para enchê-lo de orgulho e satisfação, acrescente-se: apenas seis entre os 1.613 municípios avaliados obtiveram a referida nota.

Sendo candidato à reeleição, ou não, mas tudo leva a crer que sim, certamente, de posse da referida avaliação, o prefeito Marcus Alexandre ficará numa posição bastante confortável, até mesmo, quando vier se confrontar com os demais postulantes que, no próximo ano, disputarão o comando da nossa capital. Enfim, como acusá-lo de haver malversado os recursos públicos, ou até mesmo de ter dado algumas pedaladas fiscais, se a própria CGU, conferiu-lhe a mais honrosa avaliação?

Ao se eleger prefeito de nossa capital e, portanto, ciente e consciente, que suas ações deveriam ser as mais transparentes possíveis, o prefeito Marcus Alexandre cuidou de montar a sua própria controladoria, composta dos melhores quadros, ou seja, de pessoas de reconhecida capacidade administrativa e de ilibada conduta, e ao ter aderido, em primeiríssima hora, ao Programa Brasil Transparente, nos últimos três anos, cada tostão gasto pela nossa prefeitura foi dado a dívida publicidade.

Pelo exposto só me resta parabenizá-lo (MENDES, 2015, grifo nosso).

Há artigos em que na mesma ocasião são elogiados os feitos das duas administrações, estadual e municipal, as quais fazem parte da mesma coligação e partido, como ocorre em *Prometeram e cumpriram* e *Duplo desafio*. No primeiro texto, os dois governantes são

destacados por ações que expressariam uma boa gestão frente à crise econômica e política pela qual passava o país em 2016: “A despeito das crises, o governador Tião Viana e o prefeito Marcus, positivamente, nos surpreenderam” (MENDES, 2016). Já no segundo texto, a identificação é feita com a menção ao partido dos governantes, exaltado pelo exercício do poder no Acre há duas décadas: “Governar o Acre, já seria um desafio, e manter-se no poder por longos 20 anos, a exemplo do PT, ponha desafio!” (MENDES, 2015).

Ressalta-se que esses textos que enaltecem os governantes do PT são de autoria do jornalista Narciso Mendes, que é dono do Jornal e TV *O Rio Branco*. Essa figura do jornalismo acreano e sua estrutura publicitária foram uma das bases da política midiática do governo da Frente Popular, principalmente no governo de Tião Viana, período em que a empresa jornalística de Narciso Mendes manteve contratos de publicidade institucional com o governo estadual.

Percebe-se, então, a atuação da mídia corporativa que contribui para a formação de consensos no cotidiano e serve como mediadora de interesses de grupos políticos. As práticas predominantes nas duas décadas (1999 – 2018) em que o governo da Frente Popular esteve no poder, partindo de bases, ideológica e material, gestadas no âmbito internacional, e servindo para atender aos interesses de mercado, colocaram a floresta e seus povos tradicionais – indígenas e extrativistas – como alvo dos mecanismos de mercantilização da natureza, empurrando-os a realizar atividades de interesse do capital internacional, bem como contribuindo para a degradação ambiental. Ao difundir as ideias e valores do projeto de desenvolvimento do governo, a mídia colabora para sua legitimação. Logo, as práticas da administração governamental, ajudadas pelo papel da mídia, são instrumentos que levam à reprodução da dependência na vida cotidiana do Acre contemporâneo.

Por outro lado, destaca-se a produção de crônicas em jornais tidos como alternativos, os quais, costumeiramente, realizam oposição ao governo. Esses textos, em contraposição à tendência anterior, realizam críticas às ações governamentais, como é o caso do jornal online *AC 24 Horas*, no qual foram encontradas crônicas que criticam o uso da mídia pela administração e faz menção à relação dos petistas com o empresariado acreano e os jornais; dentre outros enfoques, como a reprovação da mudança de fuso horário no Acre, pensão vitalícia a ex-governadores, corrupção política, venda de votos e pobreza na periferia de Rio Branco. Criticam, também, a influência em setores, como os sindicatos; o apoio em troca de favores; além de barganhas em geral no que diz respeito a cargos comissionados e de confiança. Referem-se ao governador como um ditador e criticam o projeto de

desenvolvimento do estado, bem como o fato de muitas pessoas no Acre receberem o Bolsa Família.

Na crônica *Carta ao governador*, o autor, em tom de ironia, faz críticas apontando na administração a corrupção, o controle dos meios de comunicação, o nepotismo, bem como crítica a pensão vitalícia a ex-governadores:

Como vai Governador!

Escrevi essas poucas linhas no ano de 2012, a convite de um senhor que encontrei pela rua. Eu sei, eu sei, são mil anos de diferença, mas mesmo assim eu gostaria muito que o senhor lesse a minha carta, embora suspeitando bastante que o senhor possa nem saber o que é isso.

[...]

Juro que morro de vontade de saber como é viver no ano de 3012. Fico imaginando mil anos depois... como estará o meio ambiente? E os recursos naturais já se esgotaram? Qual a ordem vigente? Quanto tempo a hegemonia mundial norte-americana durou? Acho que por conta de tantos anos, o homem já deve ter passado de Marte. É o nosso maior sonho no século XXI.

Trazendo para nossa realidade, e o Brasil? Ainda somos uma federação? Conseguimos acabar com a fome? **E a corrupção? E os políticos, ainda fazem absurdos para se elegerem? Mentem muito ainda? Nossa!** Quantas perguntas que eu gostaria de fazer, mas vou-lhe repassar os conselhos que recebi de um senhor que encontrei pela rua.

Senhor Governador do ano de 3012, hoje não temos mais isso, mas não domine os meios de comunicação de sua época, isso é feio, imoral e indecente. As pessoas podem se sentir sufocadas, entediadas e cansadas de tanta exposição de sua imagem. Uma fazenda, senhor Governador, não é resumida apenas pelos porcos e pelos chiqueiros. Existem outras coisas além.

Senhor governador, ainda usam o dinheiro em 3012? Se ainda usam, será que o Acre se transformou em um poderoso estado, capaz de justificar um salário altíssimo que o senhor venha a receber? Ah! O senhor teria coragem de se aposentar e ganhar uma pensão vitalícia, depois de passar apenas quatro anos de poder, enquanto os demais apodrecem dezenas de anos para mastigar milhos quebrados da Previdência Social? O senhor teria essa coragem?

Senhor Governador, hoje não temos mais isso, mas não pratique o nepotismo.

Eu sei que o amor familiar sempre é muito forte. Toda galinha só cisca para seus pintinhos. Mas abra uma empresa privada, padaria, lojas de R\$ 1,99, sapataria ou locadora de veículos, caso o senhor queira empregar seus parentes. É mais ético e moral, sem contar que o senhor não vai precisar ficar mentindo na televisão... **existe televisão ainda? É muito caro mantê-las amordaçadas em 3012?** Perdoe-me a ignorância, não sei quais os meios de comunicação que o senhor usa. A tecnologia é muito rápida, não consigo imaginar que mundo será esse.

[...]

Senhor Governador, o homem que eu encontrei pela rua me disse para lhe avisar que caso haja problemas em sua administração, não os esconda, não minta. Não finja ser flores um bando de cipós secos. Hoje não temos mais isso, “mas se por acaso” tiver problemas em 3012, enfrente-os. **É mais seguro encará-los do que tapá-los com a peneira da publicidade milionária. Demonstrar os equívocos é muito mais sensato que buscar na “companhia dos selvagens” a cura de todos os males.**

Senhor Governador, hoje não temos mais isso, mas se lhe criticarem em algum jornal ou revista, não faça um alarde, não imagine que é o fim do mundo ou um golpe das extremas direitas. Pode ser que seu partido, Governador, vivendo mil anos na lama rasa, tenha feito coisa pior quando era oposição. Ainda existe oposição em 3012, Governador?

[...]

Senhor Governador do ano de 3012, o homem que eu encontrei pela rua me pediu para lhe avisar que, caso tenha muitos dilemas, dificuldades e desafios, faça uma pesquisa histórica, consulte a gestão dos super-heróis de minha época. Eles adoram se autopromover, se acham muito habilidosos, puros e determinados. Há pessoas que até pensam que habitam o Jardim do Éden. Nesse paraíso amazônico, temos medo, vivemos preocupados, receosos em aceitar a visita da serpente.

Senhor Governador, espero que possa acolher algum conselho que escrevo. Se não puder ajudar, perdoe-me, mas não tive como imaginar o Acre no ano de 3012. Se tiver alguma serventia essas letras cheias de lágrimas e dor, agradeço e apenas peço que reconheça que essas orientações não são minhas. São do homem que eu encontrei pela rua.

Hoje, felizmente, ainda temos isso: homens que encontramos pelas ruas. Infelizmente, ainda temos isso: lágrimas e dor.

‘Esta é uma obra de ficção, qualquer semelhança com nomes, pessoas, fatos ou situações terá sido mera coincidência’.

‘Seje’ homem, rapaz! (CARIOCA, 2012, grifo nosso).

O tema do controle da mídia é recorrente nas crônicas desse jornal, são exemplos os textos *Lá em Florestanópolis tem!*; *A Festa na Selva*; *O Espelho da Rainha* e *A descoberta de tubarões nos rios acrianos*. Nestes, em geral, faz-se denúncia acerca dos gastos públicos com propaganda, as informações veiculadas em favor do governo na maioria dos jornais, bem como o ataque à liberdade de imprensa:

No Acre, as doses de propaganda pública são exageradas, sufocantes e “acidentalmente” maniqueístas. Assistimos ao gasto de milhões para se dizer que a chuva cai em gotas ou que o lobo mal não existe. Nessa indecisão pela colmeia ou o mel, fica a **falsa noção de que experimentamos uma revolução social, financiada por uma avalanche publicitária que temos de suportar** (PEDROSA, 2012, grifo nosso).

É porque meu saber é pouco... não tive e não tenho tempo de estudar melhor as coisas que acontecem aqui. Na “TV 2” uma coisa dessa não sai. Lá é tudo bonitinho, tudo arrumadinho e todo mundo aqui é feliz. Os outros canais são mais desconfiados que piau em igarapé estreito. **Também não se encontram grandes críticas ao governo... parecem todos muito parecidos. No Acre tá assim... você é novo, pode não saber disso, mas a imprensa já teve mais liberdade.**

[...]

No Acre, a boa imprensa é insular, carta do soldado que morreu na guerra. Caminha nos espaços alternativos e respira forte graças aos avanços da informação que abriu o mundo dando-lhe feições de uma grande rede. A TV te vê como um ser fechado, um labirinto de qualquer dúvida, a tatear as pegadas do grande Minotauro Público, apodrecido pelas moscas midiáticas que não se desprendem da carcaça. Parecem diários oficiais, avisando em vez de comunicar, como se roubassem de Têmis a venda que lhe simboliza.

Poucas vezes assisti a uma crítica justa, sensata e sem demagogia política nos canais que temos. Não sei se por não haver sujeitos ou espaços para isso. O certo é que as esquerdas que plasmaram no poder, numa constatação mais temporal, utilizam expedientes similares aos que antes as sufocavam (PEDROSA, 2012, grifo nosso).

A partir de Matterlart, Piccini e Mattelart (1976), compreende-se que na sociedade capitalista a mídia é também uma mercadoria e a informação é apenas um dos produtos

comerciais guiados pela lei do lucro e da competição. Ademais, a propriedade dos meios de comunicação de massa pela classe dominante implica no que seria a liberdade de imprensa e de opinião, já que o domínio sobre a mídia permite a essa classe difundir suas ideias e valores. Lefebvre (2014, p. 133) traz uma reflexão muito interessante no que diz respeito à questão da liberdade na sociedade capitalista:

Então, essa definição burguesa de liberdade tem algo estreito e sórdido sobre isso. No entanto, seus partidários veem isso como nobre e profundo; protege os direitos da “consciência individual”, da “liberdade interior”, da “personalidade”. E não é inteiramente falso, na medida em que a forma como as vidas dos indivíduos foram organizadas permitiu que certos povos privilegiados desenvolvessem uma “consciência” intelectualmente rigorosa ou moralmente sincera. Mas quando consideramos a soma total de resultados, a soma total de “vidas privadas” formadas e estabelecidas dentro dos parâmetros dessa liberdade burguesa, é fácil ver que sua nobreza e profundidade são parte integrante do processo de mistificação.

Ainda que na pesquisa também tenham sido encontradas crônicas de críticas à ideia de desenvolvimento sustentável no Acre e que denunciasses a censura e o controle dos meios de comunicação no cotidiano acreano, também se evidenciou um espaço social marcado pela disputa do poder, bem como a produção de significados na vida cotidiana construídos conforme os interesses particulares de grupos hegemônicos. As crônicas críticas são vinculadas a grupos políticos da oposição que intencionam o poder para instaurar sua própria ideologia, também ancorada por premissas particulares, sob os moldes da consciência individual, refletindo interesses privados em competição.

Lefebvre (2014, p. 81) explica que “a democracia burguesa na sociedade capitalista, implica um máximo de alienação: alienação total, alienação política completa. Ela aperfeiçoa a oposição entre público e privado, entre comunidade e escravidão. Ela confunde cada indivíduo, concedendo-lhe um lugar tanto na escravidão quanto na comunidade, na ficção e na realidade”. Desse modo, o homem além de não saber como de fato vive, frente às aparências construídas no cotidiano, ele também tem o seu pensamento crítico cerceado pelo conhecimento de uma pseudorealidade. Logo, constatam-se continuidades e rupturas ilusórias nesse espaço social. Se o estudo das crônicas do Acre em seu início de formação histórico social revela que aquele cotidiano era controlado pela mídia dependente e pelo autoritarismo representado principalmente pelos coronéis, que limitavam a autonomia do pensamento, o estudo dos artigos de opinião do Acre contemporâneo permite identificar a continuidade dessa dinâmica, embora de maneira reinventada. Continua uma organização social sob os moldes da dependência material e ideológica.

No Acre, a teatralidade da vida cotidiana se confirma, as relações sociais são construídas sob elos de aparências, mediante uma consciência individual pelas quais os homens confirmam suas ações em uma teatralidade que não transforma nada, uma aparência que aniquila o potencial da consciência de classe e da ação de luta pela transformação da realidade.

Para refletir sobre isso, Lefebvre (2014, p. 178) oferece uma análise dos danos sociais resultantes da inversão do que seria consciência individual e consciência pública, bem como vida privada e vida social. Segundo o autor, “no contexto do individualismo de uma divisão de trabalho altamente fragmentada e da divisão de classes essa suposição do pensamento humano encontra expressão em uma inversão da consciência, um erro relativo, mas com sérias consequências”. A suposição do pensamento a que Lefebvre (2014) se refere é verificada na confusão do homem em discernir vida privada de vida social e consciência individual de consciência pública, reduzindo o que de fato é um pensamento social a uma mera concepção de pensamento íntimo, privado e particular do indivíduo. Isto leva à alienação e conseqüentemente à limitação do potencial social humano. Na concepção inversa desses elementos, a consciência é cultivada dentro de uma estrutura individualista em que homem pensa que sua vida social corresponde às relações construídas com familiares, amigos e parceiros de negócio e que sua vida privada seria somente aquilo que faz parte do seu íntimo e do seu pensamento supostamente particular. Conforme Lefebvre (2014, p. 177), o “resultado dialético da consciência privada e da sua contradição interna é a separação do ser humano do humano”. Ora, se o pensamento é humano, este é social, e são aos fundamentos sociais de seus pensamentos que o homem deve agarrar-se superando a confusão em discernir o que seria sua vida social.

Nesse sentido, ao se retomar a problemática da pesquisa: “Quais os valores e ideias difundidos em artigos de opinião e crônicas dos jornais acreanos do início de sua formação histórico-social e do presente?”, pode-se respondê-la afirmando que, nos textos estudados nos dois tempos históricos do Acre, a continuidade do modelo de desenvolvimento econômico dependente dos países centrais evidencia uma organização social construída sob o molde dessa relação de dependência. Nessa dinâmica, tem-se também a dependência ideológica representada por uma mídia que junto às classes dominantes produzem condições sociais que mantêm a base material dependente. Desse modo, as constatações acerca da configuração da vida cotidiana no Acre contemporâneo no período de 20 anos em que o governo da Frente Popular esteve no poder indicam que, apesar da carga simbólica lançada no cotidiano, permanecemos reiterando o caráter dependente de nosso passado colonial, que hoje se mostra

sob novas facetas na vida cotidiana contemporânea, manifestadas por práticas da administração governamental, conjugada à atuação da mídia que colabora na reprodução da dependência na vida cotidiana do Acre contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço acreano, em sua busca pelo desenvolvimento, constrói sua dinâmica organizacional sob as bases do extrativismo e da dependência, tendo como sustentáculo a atuação de grupos dominantes, que dentre outros artifícios, utilizam a mídia como mediadora de suas ideias e valores no cotidiano.

A configuração da vida cotidiana no Acre contemporâneo mostra que seu passado colonial, de caráter dependente, ainda precisa ser superado. Do início de sua formação social à contemporaneidade, o espaço acreano se constrói sob o domínio de interesses externos, intermediados, em nível local, pelos interesses de elites. As raízes do nosso passado colonial, de caráter dependente, insistem em se fazer presente na vida cotidiana do Acre contemporâneo, demonstrando que novas possibilidades no cotidiano devem passar pela superação das bases de sua formação social que, certamente, estas sim, são motivo de nossa decadência.

A dependência parte do modelo desenvolvimentista ancorado na necessidade dos financiamentos externos, porém essa relação não se resume à esfera material, carrega também consigo a dependência ideológica, configurando um sistema de dominação política representado, principalmente, pelo papel da mídia acreana. Dessa relação de dominação material e ideológica é que se configura o desenvolvimento dependente, do qual também emerge uma mídia dependente e controlada pelo autoritarismo dos coronéis. Esses traços se mostram no início da formação histórico-social do espaço acreano e permanecem até hoje. Somente transformam-se as faces dessa vida cotidiana na contemporaneidade. No passado, defendia-se a ideia de revolução e autonomia política e há, ainda, uma noção de desenvolvimento sob a ideia de progresso e modernidade que exclui os seringueiros e indígenas, vistos como inferiores naquela sociedade. Hoje, defende-se a ideia de desenvolvimento sustentável e economia verde mediante a representação dos grupos minoritários como povos que estão sendo valorizados nas políticas de governo. Porém, essa pretensão supervalorização é parte de um discurso autoritário que tenta silenciar os conflitos e contradições que envolvem a implementação dessas políticas gestadas a partir de “fora”. As práticas voltadas para o desenvolvimento sustentável e a economia verde destoam da realidade cultural e social desses povos e, na verdade, atendem aos interesses econômicos e políticos das elites locais e de organismos nacionais e internacionais que lucram com essas práticas ditas sustentáveis. Portanto, continua a exploração da natureza e da vida no espaço

acreano, sob a dinâmica opressora do capitalismo internacional. Compreende-se, então, que no Acre contemporâneo as relações de base dependente encontram-se mais profundas e naturalizadas no cotidiano. Elas foram ajustadas ao próprio cotidiano, construindo uma pseudorealidade que se confunde com a própria realidade.

Ressalta-se que, no ano de 2018, encerrou-se o período do Governo da Frente Popular no estado do Acre. Os irmãos Jorge e Tião Viana e outros candidatos da Frente Popular se revezavam no governo do Acre há 20 anos, mas tiveram uma derrota nas eleições em 2018. O candidato desse partido político, o ex-prefeito de Rio Branco, Marcus Alexandre, perdeu a eleição já no primeiro turno para o senador Gladson Cameli do Partido Progressista, o candidato Jorge Viana também perdeu as eleições não sendo reeleito para o cargo de senador. Gladson Cameli, candidato empossado em janeiro de 2019, é sobrinho de Orleir Cameli, que governou o estado do Acre entre 1995 e 1999, antes do início da hegemonia petista, e filho de Eládio Cameli, empresário dono da construtora Etam. Cameli vem de uma família tradicional, dona de construtoras — sendo a principal delas a Colorado Empreendimentos — e constitui grupo influente na elite acreana. Opositor ao governo da Frente Popular, ganhou as eleições com a promessa de “ventos de mudança”, a partir do desenvolvimento do estado focado no agronegócio, apresentado como saída para retirar o Acre do atraso sob o qual ele estaria confinado há 20 anos.

Mais uma vez no Acre contemporâneo estamos diante da construção simbólica de representações em torno de políticas desenvolvimentistas, promulgados como a salvação para o dito progresso econômico e social. Ainda que no plano das representações os projetos desenvolvimentistas sejam apresentados como antagônicos e que se defenda que se instaura hoje uma ruptura com o dito passado “atrasado”, ao olhar para a configuração da vida cotidiana contemporânea e as contradições que marcam esta sociedade em suas especificidades, percebemos que certamente o motivo do real “atraso” está longe de ser combatido com a mera renovação de ideologias. O governador Gladson Cameli, outrora crítico aos projetos da Frente Popular, atualmente já defende uma espécie de “nova florestania” com a continuidade inclusive de contratos junto a organismos internacionais, a fim angariar recursos para os projetos de seu governo, também ditos sustentáveis. Ademais, está promovendo no Acre o desmonte das políticas indígenas, a começar pela recente extinção da Assessoria Especial dos povos indígenas. Apesar de todo um discurso de mudança, o que se vê até agora é um governo encorpando a nossa histórica dependência.

REFERÊNCIAS

AMANDA, Paula. Sonho do Chico, nossa realização! **A Tribuna**, Rio Branco, 18 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.jornalatribuna.com.br/?p=42738>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

ASSMAR, Olinda Batista. **As dobras da memória de Xapuri: antologia-prosa Xapuriense: 1907-1084**. V. 2. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2003.

_____. **Poesia de Cruzeiro do Sul (1912-1915)**. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

_____. Organização social no Acre Território: História e Expressão Literária. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 5, n. 1, p. 16-30, jun. 2018.

BARRANCO, Zé do. Riscados. **O Acre**. Xapuri- AC, 30 mar. 1913. p. 2.

BEVEDER, Mônica Brun. Considerações sobre a Reprodução das Relações Sociais e a Produção do Espaço no Pensamento de Henri Lefebvre. **Marx e o Marxismo**, v.2, n.3, ago/dez 2014. Disponível em: <<http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/65>> Acesso em: 28 ago. 2018.

BRASIL: Vozes de comunidades no Acre alertam sobre as violações envolvidas no Manejo Florestal Sustentável Comunitário. **Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais**. Montevideo, 23 dez. 2013. Disponível: <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/brasil-vozes-de-comunidades-no-acre-alertam-sobre-as-violacoes-envolvidas-no-manejo-florestal-sustentavel-comunitario/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

CARIOCA, Jairo. Carta ao governador. **AC 24 Horas**, Rio Branco, 30 maio. 2012. Disponível em: <<https://www.ac24horas.com/2012/05/30/carta-ao-governador/>> Acesso em: 8 nov. 2018.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **A formação da sociedade econômica do Acre: “sangue” e “lodo” no surto da borracha (1876-1914)**. Rio Branco: EAC Editor, 2015.

_____. **Acreanismo e comemorações cívicas (do Movimento Autonomista ao Governo da Frente Popular)**. Rio Branco: EAC Editor, 2017.

Conselho Indigenista Missionário. **O Acre que os mercadores da natureza escondem**. Dossiê Acre: Documento Especial para a Cúpula dos Povos. Conselho Indigenista Missionário: Rio de Janeiro, 2012.

CHAUL, Baxir. O Xapury e seu progresso. **Comercio do Acre**. Xapuri- AC. 11 jun.1917.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martin Claret, 2006, p. 28.

FAUSTINO, Cristiane.; FURTADO, Fabrina. **Economia verde, povos das florestas e territórios: violações de direitos no estado do Acre.** Plataforma DHESCA. Patrícia Bonilha: Rio Branco, 2015.

GAMA, Farias. Ainda queixas. **Commercio do Acre.** Xapuri- AC, 17 dez. 1916. p.2.

GAMA, Farias. A conflagração. **Commercio do Acre.** Xapuri-AC, 13 ago. 1916. p. 2.

GÓES, Ricarêdo de. Juruá de Antanho. *A Reforma.* Tarauacá-Ac. 19 abr. 1925. n.º 343. p. 01

LEFEBVRE, Henri. **Critique of daily life.** London: Verso, 2014. - versão digital.

MARINI, Ruy Mauro. **A dialética da dependência.** In: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. Ruy Mauro Marini – Vida e Obra. São Paulo: Expressão popular, 2011.

MARTINELLO, Pedro. **A “batalha da borracha” na Segunda Guerra Mundial.** Rio Branco: EDUFAC, 2004.

MATTELART, Armand. **The Nature of Communications Practice in a Dependent Society.** Latin American Perspectives. 1978; 5; 13. DOI: 10.1177/0094582X7800500102.

MATTELART, Armand; PICCINI, Mabel; MATTELART, Michéle. **Los medios de comunicación de masas/La ideología de la prensa liberal en Chile.** Buenos Aires: Schapire Editor s.r.l., 1976.

MENDES, Maria Alzenir Alves Rabelo. **Marcas de memória cultural nas crônicas jornalísticas de Xapuri – 1907 a 1917.** 2008. 119f. Dissertação (Mestrado em Letras – Linguagem e Identidade) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Acre, Rio Branco – Acre, 2008.

MENDES, Narciso. Duplo desafio. **O Rio Branco.net,** Rio Branco, 2 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.oriobranco.net/colunista/artigo-do-narciso/duplo-desafio>> Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. Nota 10. **O Rio Branco.net.,** Rio Branco, 23 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.oriobranco.net/colunista/artigo-do-narciso/nota-10>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. Que bom!. **O Rio Branco.net.,** Rio Branco, 4 maio. 2015. Disponível em: <<http://www.oriobranco.net/colunista/artigo-do-narciso/que-bom>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. Prometeram e cumpriram. **O Rio Branco.net.,** Rio Branco, 24 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.oriobranco.net/colunista/artigo-do-narciso/26-12-2016-prometeram-e-cumpriram>> Acesso em: 8 nov. 2018.

MESSIAS, Julie. O Clima, suas políticas, nosso futuro. **A Tribuna,** Rio Branco, 21 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.jornalatribuna.com.br/?p=138027>> Acesso em: 8 nov. 2018.

MOURA, Julia Lobato Pinto. A Mercantilização da natureza em 20 anos de políticas de Desenvolvimento Sustentável no Acre (1998-2018). **Revista GeoAmazônia**. v. 06, n. 12 p. 33.

PAULA, Elder Andrade de. **(Des)envolvimento insustentável na Amazônia ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. Rio Branco: Edufac, 2013. 452 p.

PEDROSA, Francisco Rodrigues. A descoberta de tubarões nos rios acrianos. **AC 24 Horas**, Rio Branco, 2 abril. 2012. Disponível em: <<https://www.ac24horas.com/2012/04/02/opiniaoa-descoberta-de-tubaroes-nos-rios-acrianos/>> Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. O Espelho da Rainha. **AC 24 Horas**, Rio Branco, 29 ago. 2012. Disponível em: <<https://www.ac24horas.com/2012/08/29/o-espelho-da-rainha/>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. A Festa na Selva. **AC 24 Horas**, Rio Branco, 14 out. 2012. Disponível em: <<https://www.ac24horas.com/2012/10/14/a-festa-na-selva/>> Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. Carta ao governador. **AC 24 Horas**, Rio Branco, 30 maio. 2012. Disponível em: <<https://www.ac24horas.com/2012/05/30/carta-ao-governador/>> Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. Lá em Florestanópolis tem! **AC 24 Horas**, Rio Branco, 21 maio. 2013. Disponível em: <<https://www.ac24horas.com/2013/05/21/la-em-florestanopolis-tem/>> Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. O Espelho da Rainha. **AC 24 Horas**, Rio Branco, 29 ago. 2012. Disponível em: <<https://www.ac24horas.com/2012/08/29/o-espelho-da-rainha/>> Acesso em: 8 nov. 2018.

POTY. Notas a lapis... **A Reforma**. Tarauacá: n° 643, p. 01, 29 mar. 1931.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

RANCY, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre**. Rio Branco: EDUFAC, 2008.

RÊGO, José Fernandes do. O Acre é exemplo de desenvolvimento para o país. **A Tribuna**, Rio Branco, 27 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.jornalatribuna.com.br/?p=27402>> Acesso em: 8 nov. 2018.

_____. Acre – O Voo da Águia. **A Tribuna**, Rio Branco, 27 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.jornalatribuna.com.br/?p=66457>> 8 nov. 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO – SEPLAN. **Acre em números 2017**. Rio Branco, 2017.

SILVA, Elizabete Santos. **As crônicas de Sena Madureira, Tarauacá, Xapuri e o cotidiano (1921-1962)**. Relatório final PIBIC. Rio Branco: UFAC, 2008.

SOUZA, João José Veras de. **Seringalidade: a colonialidade no Acre e os condenados da floresta**. 2016. Tese, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2016.

SOUZA, Márcio. **O Ciclo da Borracha**. In: Breve história da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, p. 127-141, 1994.

VERGNIAUD. De quando em vez. **O Município**. Tarauacá: n.º 825, p. 02, 29 mar. 1931.

_____. De quando em vez. **O Município**. Tarauacá: n.º 789, p. 02, 13 jul. 1930.

XAVIER, Glauber Lopes. As incompreensões de um novo sentido da Terra: bases de um Tratado de Sociologia Rural segundo Henri Lefebvre. **Raízes**, v. 30, n. 2, jul-dez 2010. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_236.pdf> Acesso em: 28 ago. 2018.

ZELINHA. Cinema. **Correio do Acre**. Xapuri- AC, 23 set. 1912. p. 2.